@revistaemevidencia

em evidência

Líderes são leitores.

Desde 2009 - Nº 114 | R$ 19,00

Inscreva-se em nosso canal

Cidade da Advocacia

Tudo sobre o maior evento jurídico de uma OAB no Brasil

Leonardo Lamachia recebe a Medalha do Mérito Farroupilha

Alexandre Dionello assina o editorial desta edição especial

Mais:

100 ANOS DA PGM DE PORTO ALEGRE

AMP/RS

ADPERGS

60 ANOS DA AMATRA

Mais da metade dos municípios do estado optam pela Kaysermaq.

FIBAM

METISA

ecoplan

PIM









R. Minas Gerais, 143
Niterói - Canoas/RS
92120-040

Tel.: (51) 3475-2666
(51) 99958-0099

kaysermaq@kaysermaq.com.br

kaysermaq.com.br

Referência de bom atendimento e eficiência no mercado de peças para equipamentos rodoviários.

O foco está na qualidade dos produtos, no atendimento aos clientes, com destaque para o pós-venda, e na agilidade na entrega.



KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

Solidez técnica que garante qualidade jurídica e de gestão

A **CDP - Consultoria em Direito Público** se dedica a assegurar que cada decisão tomada na esfera pública esteja ancorada em fundamentos jurídicos sólidos. Desde 1998, trabalhamos lado a lado com administrações municipais, fortalecendo sua atuação com diretrizes claras e soluções jurídicas personalizadas. Nossa equipe de especialistas, com profunda experiência no âmbito governamental, é o pilar de confiabilidade para muitos municípios. A certificação **ISO 9001** reconhece nosso padrão de excelência, mas é a confiança de nossos parceiros que realmente define nosso sucesso.

Com dedicação e domínio técnico, atendemos mais de 300 municípios ao longo de nossos 25 anos de atuação no Direito Público.



EQUIPE ESPECIALIZADA

A equipe da **CDP** não só detém um conhecimento jurídico profundo, mas também uma familiaridade íntima com as especificidades e nuances do setor público.

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

Embora a certificação **ISO 9001** ateste o compromisso da **CDP** com a qualidade, é o contínuo aperfeiçoamento da consultoria e a satisfação de seus parceiros que a motivam a manter um padrão elevado.

SOLUÇÕES PERSONALIZADAS

A **CDP** reconhece que cada município possui suas próprias particularidades. Por isso, a consultoria oferece soluções jurídicas que são adaptadas às necessidades individuais, garantindo eficácia e relevância.

AMPLA EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Com anos de atuação no campo do Direito Público, a **CDP** detém uma vasta experiência que lhe permite lidar com complexidades jurídicas de maneira eficiente. Sua trajetória consolidada a capacita a prever desafios e a orientar seus parceiros de maneira proativa e informada.

CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO

Rua dos Andradas, 1234, cj. 206 - Centro Histórico
Porto Alegre - RS - CEP 90020-008
Fone/Fax: 51 3226.6866
E-mail: cdp@cdprs.com.br

cdprs.com.br



EDITORIAL

A ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL COMO CULTURA JURÍDICA DE PORTO ALEGRE

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



ALEXANDRE DIONELLO
Presidente da APMPA

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

A cultura jurídica de Porto Alegre se afirma quando as decisões do governo local se apoiam em fundamentos claros e em rotinas estáveis. A Advocacia Pública Municipal participa desde a origem das políticas, identifica riscos, compatibiliza normas e orienta escolhas segundo a finalidade pública. Essa presença precoce evita rupturas desnecessárias, dá consistência aos processos e permite que contratos e atos administrativos sejam concebidos para resistir ao controle interno e externo, sem perder de vista a entrega ao cidadão.

O eixo técnico dessa atuação repousa em competências legalmente definidas de consultoria, assessoramento e representação. Pareceres, minutas e modelos, não são burocracia; são instrumentos de previsibilidade. Quando a administração pauta suas contratações por critérios objetivos, cláusulas proporcionais e jurisprudência consolidada, diminuem litígios e incertezas. O fornecedor entende obrigações e prazos, o gestor compreende limites e possibilidades, e o processo ganha racionalidade. Trata-se de um trabalho silencioso, mas decisivo para que a máquina pública funcione.

A articulação com órgãos de controle e com estruturas de integridade complementa esse arranjo. Rotinas de avaliação jurídica antes de marcos críticos, registros de decisões e trilhas de verificação permitem responder com rapidez a contextos complexos sem abrir mão do devido processo. Quando há diálogo institucional estável, a administração previne choques normativos, melhora a qualidade dos editais, qualifica os termos de referência e reduz custo de transação. O resultado não é um aparato mais lento, e sim um ambiente mais seguro para implementar políticas.

No território, a coerência entre planejamento e decisão cotidiana é condição para segurança jurídica. Regras que organizam o uso do solo, protegem patrimônio e ordenam licenciamento precisam de leitura uniforme, caso a caso, com critérios iguais para situações equivalentes. A Advocacia Pública Municipal sustenta essa uniformidade, viabilizando soluções proporcionais quando a singularidade do fato exige acomodação. O objetivo é simples: decisões previsíveis que protegem o interesse coletivo e resguardam direitos sem transformar exceções em regra.

A dimensão educativa do trabalho jurídico é contínua. Manuais, enunciados de tese, notas técnicas e memoriais de entendimento encurtam o caminho entre a dúvida e a decisão. Quando o servidor encontra rapidamente fundamentos e modelos confiáveis, o cotidiano anda melhor e a instituição preserva a memória. Isso também qualifica a interlocução com o setor privado e com o sistema de justiça, pois a cidade fala com uma voz técnica reconhecível, baseada em fundamentos acessíveis e estáveis.

Essa prática se retroalimenta com a formação permanente no universo da justiça. Iniciativas da OAB/RS, como a Cidade da Advocacia, oferecem espaço de atualização e integração entre carreiras e gerações. O encontro entre advocacia pública e privada depura argumentos, amplia repertório e fortalece a cultura de cooperação que sustenta a legalidade diária. Quando a cidade se reconhece nesse diálogo, as soluções tendem a ser mais consistentes e duradouras.

Em síntese, a Advocacia Pública Municipal não é apenas defesa em juízo, nem um carimbo tardio. É engenharia institucional aplicada à gestão, que antecipa riscos, organiza escolhas e consolida práticas. Mantida a combinação de técnica apurada, cooperação e respeito aos limites legais, Porto Alegre seguirá decidindo com segurança, executando com qualidade e prestando contas com clareza, em benefício da comunidade que justifica cada ato administrativo.

“Iniciativas da OAB/RS, como a Cidade da Advocacia, oferecem espaço de atualização e integração entre carreiras e gerações. O encontro entre advocacia pública e privada depura argumentos, amplia repertório e fortalece a cultura de cooperação que sustenta a legalidade diária. Quando a cidade se reconhece nesse diálogo, as soluções tendem a ser mais consistentes e duradouras”

REVISTA em evidência

Desde 2009 - Nº 114 - 2025



24 Cidade da Advocacia

Tudo sobre o maior evento jurídico de uma OAB no Brasil

26 DIA 01
Cidade da Advocacia 2025 supera as edições anteriores com recorde de público

31 DIA 02
Múltiplos palcos e mais de 100 palestras simultâneas figuram o evento da OAB/RS

35 DIA 03
Cidade da Advocacia 2025 marca novo patamar com uma agenda de mais de 50 atividades simultâneas

39 DIA 04
Cidade da Advocacia alcança 27 mil inscritos no quarto dia de programação

42 DIA 05 - Encerramento
Cidade da Advocacia 2025 é referência no cenário jurídico brasileiro

9 **FLASH**
Quem faz, está Em Evidência

19 **EM EVIDÊNCIA**
Revista Em Evidência homenageia Paulo Sérgio Pinto em edição especial

51 **MATÉRIA DE CAPA**
Presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia, recebe medalha do Mérito Farroupilha

56 **PERFIL**
Mateus Marques – 20 anos de advocacia criminal

63 **APMPA**
Práticas consolidadas da APMPA conduzem a inovação na advocacia pública municipal

67 **EM EVIDÊNCIA ENTREVISTA**
Gisele Welsch

73 **ADPERGS**
Uma ADPERGS renovada

76 **EM EVIDÊNCIA ENTREVISTA**
Rafael Monteiro Pagno

82 **PERFIL**
A força de Milton Mattana na construção do Grupo Masper

87 **AMP/RS**
AMP/RS é amparo

91 **ENTREVISTA EM EVIDÊNCIA**
Rafaela Rojas Barros

96 **OPINIÃO - Andréia Fioravante**
Conhecer o perfil comportamental é uma ferramenta de liderança

97 **EM EVIDÊNCIA NA TV**
Dalva Bavaresco

102 **OPINIÃO - Márcio Irion**
A OAB como pilar da democracia e da legalidade institucional

104 **FOTO & LEGENDA**
Escritório Koch Advogados Associados na Cidade da Advocacia

106 **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE**
Procuradores comemoram 100 anos da PGM e 39 anos da APMPA

108 **AGENDA**
Livro "Elas lideram o agro" será lançado na Casa da Famurs na Expointer

110 **ESPECIAL**
Amatra IV comemora 60 anos em noite de homenagens

112 **ÚLTIMA PALAVRA**
Por que as ações afirmativas são um direito?

REVISTA em evidência

Rua dos Andradas, 1234 - 2º andar
Centro Histórico, Porto Alegre/RS
CEP 90020-008
revistaemevidencia.com.br

Anuncie:
51 98444-4616

DIREÇÃO EXECUTIVA:
Lucio Vaz
revistaemevidencia@gmail.com

SUPERVISÃO GERAL:
Lucio Vaz

REDAÇÃO:
Patrícia Cruz

EDIÇÃO:
Patrícia Cruz e Lucio Vaz

DESIGN:
Jonas Furlan

Siga-nos nas redes sociais:
@revistaemevidencia
@revistaemevidenciaoficial

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

QUEM FAZ, ESTÁ EM EVIDÊNCIA

Confira através das lentes de Chico Pinheyro, as imagens de quem está fazendo o Rio Grande acontecer

Gabriela Nunes



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

ENCONTRO DE AMIGOS
A secretária de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Eventos de Porto Alegre, Fernanda Barth; o apresentador do Pampa Debates e capa da edição 110 da Revista Em Evidência, Paulo Sérgio Pinto; e a presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Comandante Nádia

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



TRINCA DE ASES
José Fogaça, Sebastião Melo e Germano Rigotto: juntos fazem-nos lembrar da grandeza que é o MDB-RS

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

DE BRASÍLIA
O jornalista e escritor, Alexandre Garcia, instantes após a sessão de autógrafos de seu livro "De Brasília", recebe edição do amigo Paulo Sérgio Pinto

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



CIDADE DA ADVOCACIA 2025
Márcio Irion, advogado e sócio-fundador do escritório Irion Advogados; Laura Porto, membro da Comissão de Proteção de Dados do CNJ, membro do GT de Inteligência Artificial no Poder Judiciário do CNJ; e Leonardo Lamachia, presidente da OAB/RS

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES





CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

POR ENQUANTO, AMIGOS
Possíveis rivais nas eleições de 2026 ao governo do Estado, prefeito de Guaíba, Marcelo Maranata; e vice-governador do RS, Gabriel Souza, encontram-se em evento da Granpal em Taquari

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



MATEUS MARQUES
Comemorando 20 anos de seu escritório, Mateus Marques é destaque nesta edição, a partir da página 56

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

BANRISUL EM EVIDÊNCIA
O presidente do Banrisul, Fernando Lemos, destaque na edição 110 da Revista Em Evidência

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA





PROGRAMA MOMENTO JURÍDICO EM EVIDÊNCIA
O diretor-executivo do Momento Jurídico, Rogério Noschang, e a apresentadora do programa, Dalva Bavaresco, destaque a partir da página 97 desta edição

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

TÁ NO AR, PAMPA DEBATES
O diretor-executivo da Revista Em Evidência, Lucio Vaz; o sócio-proprietário da Rede Asun de Supermercados, Antonio Ortiz Romacho, e o membro vitalício e honorário da OAB Nacional e OAB/RS, Claudio Lamachia

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



GISELE WELSCH
Especializada em Advocacia Estratégica nos Tribunais de 2º Grau e Superiores, Gisele é destaque em entrevista a partir da página 67 desta edição

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

REVISTA EM EVIDÊNCIA HOMENAGEIA PAULO SÉRGIO PINTO EM EDIÇÃO ESPECIAL

Apresentador foi capa da edição 110 da Revista Em Evidência

Patrícia Cruz



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

Leia:



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

“Eu fiquei orgulhoso de participar dessa edição, porque foi a maior revista que eu já vi até hoje, entre todas que já vi na minha vida”

Assista:

No último dia 15 de agosto, a Revista Em Evidência lançou sua nova edição durante o programa Pampa Debates, consagrando o apresentador Paulo Sérgio Pinto como tema da capa e do editorial, assinado por Claudio Lamachia, ex-presidente da OAB/RS e da OAB Nacional, cuja trajetória confere peso simbólico e analítico ao texto. “Eu me emocionei muito quando recebi a revista, com essa bela homenagem. É tanto carinho traduzido numa publicação. Muito obrigado pela capa e o título! O tamanho da revista mostra o seu poder, que se deve muito a qualidade, que atrai tantos patrocinadores. Eu fiquei orgulhoso de participar dela”, declarou Paulo, visivelmente comovido.

O lançamento aconteceu no Pampa Debates, programa transmitido de segunda a sexta às 17h45 na TV Pampa, parte da Rede Pampa de Comunicação, destacado conglomerado gaúcho que integra rádio, televisão e o jornal O Sul. O programa reúne políticos, empresários e intelectuais para debater questões relevantes do estado e do país, consolidando Paulo como um mediador influente e respeitado.

No estúdio, o diretor-executivo da revista, Lucio Vaz, destacou essa afinidade editorial, ressaltando: “A Revista Em Evidência se identifica muito com a Rede Pampa, porque damos voz a pessoas que impactam milhões de gaúchos e, às vezes, não estão nos grandes meios de comunicação.” Ele lembrou produções anteriores com figuras como o senador Hamilton Mourão e o prefeito Sebastião Melo, e enfatizou a escuta empática de Paulo, a atenção às individualidades e a capacidade de respeito ao posicionamento político diversificado. Para ele, a habilidade de ouvir com atenção e respeitar opiniões diversas, torna Paulo diferenciado no cenário jornalístico regional. “O jornalista mais influente do Rio Grande do Sul, acima de tudo, é o mais amado deste Estado”, disse Lucio.

Paulo retribuiu o reconhecimento com humildade: "O agradecimento tem que ser meu, especialmente vin-

REPRODUÇÃO/PAMPA DEBATES





REPRODUÇÃO/PAMPA DEBATES

> Paulo Sérgio, além de ser o jornalista mais influente do Rio Grande do Sul, é acima de tudo, o mais amado deste Estado. Sua sensibilidade aliada a uma boa vontade única em entender cada um de seus convidados tornaram as cadeiras do Pampa Debates os lugares mais disputados na mídia do RS
>
> ***Lucio Vaz***
> *Diretor-executivo da Revista Em Evidência*

do de um colega. Fico muito lisonjeado, ainda mais por ter convidado o Claudio Lamachia para escrever o editorial." O carinho entre os jornalistas, fruto de longa convivência e respeito mútuo, ficou evidenciado, o apresentador, ressaltou ainda a qualidade da Revista Em Evidência: "Eu costumo dizer, tenho 16 patrocinadores aqui no programa, porque as pessoas entendem que dá audiência e isso se deve muito a presença dos convidados no programa, é o mesmo caso da revista que atrai tantos patrocinadores e apoiadores. Eu fiquei orgulhoso de participar dessa edição porque foi a maior revista que eu já vi até hoje, entre todas que já vi na minha vida", concluiu.

Claudio Lamachia, que assinou o editorial da edição, afirmou que suas palavras surgiram tanto do coração quanto da razão. Ele ressaltou o talento de Paulo que é "um apresentador debatedor" e possui a capacidade de agregar, sobretudo pela forma humana e respeitosa com que conduz as entrevistas. "Ele merece todas as homenagens e o reconhecimento pelo ser humano que é, além do profissional exemplar." Lamachia destacou ainda a importância desta edição, que é "a mais expressiva em tamanho e profundidade" entre as que viu ao longo do tempo.

Ele parabenizou a fala de Lucio Vaz e a iniciativa de homenagear o Paulo Sérgio Pinto na revista. Afirmou que acompanha a Em Evidência há muito tempo, desde a primeira presidência da OAB/RS. Para Claudio Lamachia, "é uma revista que traz informação e está nos meios mais importantes de decisão. É muito lida aqui no Estado do Rio Grande do Sul, exatamente pelo trabalho e competência tua e de toda a equipe da Em Evidência, para quem eu rendo também a minha homenagem."

Além da bela homenagem a Paulo Sérgio Pinto, a publicação também apresenta entrevistas com Salmo Dias de Oliveira, Comandante Nádia, Fernando Lemos e Fabiano Dallazen, e perfis dos prefeitos Marcelo Maranata e Jarbas da Rosa, proporcionando uma visão abrangente do cenário político e institucional do estado.

Por fim, Lucio Vaz encerrou com emoção e senso de missão cumprida: "Saio daqui com uma sensação muito boa de dever cumprido, uma vez que vocês aprovaram o trabalho que fizemos." Essa afirmação resume o que motivou esta edição especial: prestar tributo a um comunicador que, com sensibilidade, conhecimento e humanidade, se tornou referência no Rio Grande do Sul, que segue inspirando com sua presença, capacidade de diálogo e liderança ética. ■

LEBERG
IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PUBLICO

Cidade da Advocacia

Tudo sobre o maior evento jurídico de uma OAB no Brasil



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

A grandiosidade de um evento que transcende o segmento:

- Mais de 500 horas de atividades simultâneas, 12 palcos e mais de 150 palestras;
- Álbum com imagens de uma verdadeira cidade, no coração da capital do Rio Grande do Sul;
- Dia a dia, os destaques da Cidade da Advocacia 2025.

Mais de 27 mil inscritos.

FICHA TÉCNICA

Edição, supervisão geral e coordenação:
Lucio Vaz

Edição e Revisão:
Patrícia Cruz

Fotografia:
Chico Pinheyro - Revista Em Evidência
Diego Mendes - OAB/RS
Equipe Sabrina Gabana
Sérgio Rosa - Revista Em Evidência

Concepção:
Jonas Furlan

LEBERG
IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO

Dia 01
05/08/2025

CIDADE DA ADVOCACIA 2025 SUPERA AS EDIÇÕES ANTERIORES COM RECORDE DE PÚBLICO

Evento da OAB/RS consolida-se como o maior encontro jurídico do Sul do Brasil

Advogados, advogadas e estudantes de Direito de todo o Estado, encheram o Cais Embarcadero, em Porto Alegre, no primeiro dia de programação. No Auditório Prerrogativas, o presidente da OAB/RS e criador do evento, Leonardo Lamachia, fez a abertura oficial da edição de 2025. "Estamos iniciando o maior evento da história da nossa instituição, e os números falam por si: são quase 25 mil inscritos", ressaltou.

Lamachia também ressaltou o propósito central do encontro: "A Cidade da Advocacia é democrática e tem na capacitação seu eixo principal, apoiada em dois pilares fundamentais: networking e o resgate do orgulho de atuarmos como agentes de transformação social. Estamos aqui para debater com isenção, longe das paixões políticas, reafirmando o compromisso da advocacia com o Estado Democrático de Direito."

A vice-presidente, Claridê Chitolina



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Taffarel, afirmou: “Colegas, é um antes e um depois da Cidade da Advocacia. Este é um marco para a capacitação da advocacia gaúcha: gratuito, com palestrantes de renome e temas abrangentes. Vivam e aproveitem!”

Encerrando as falas institucionais, Neusa Maria Rolim Bastos, presidente da CAARS, ressaltou: “Este é tempo de reencontros, aprendizado, troca de experiências e, acima de tudo, de união. Participar hoje representa reencontrar nosso compromisso com a valorização da advocacia e a defesa intransigente de nossas prerrogativas.”

Com uma programação intensa e di-





versificada, a Cidade da Advocacia ofereceu uma verdadeira imersão. Ao longo de cinco dias, o evento promoveu modernização e pluralidade: mais de 500 horas de atividades simultâneas, 12 palcos e mais de 150 palestras.

Para fechar o primeiro dia, a cultura gaúcha foi celebrada com uma apresentação emocionante de Renato Borghetti, mestre da gaita-ponto, acompanhado por sua filha, a bailarina Emily Borghetti. Juntos, eles apresentaram uma fusão vibrante de música e dança que encantou o público.

Na sequência, o historiador Leandro Karnal encerrou o evento com uma palestra magna intitulada “Direção Emocional, Carreira e Propósito”. Doutor em História Social pela USP, escritor consagrado e membro da Academia Paulista de Letras, Karnal destacou a honra de participar da Cidade da Advocacia. Para ele, “a Cidade é um esforço da própria classe das advogadas e advogados em se capacitar. Em um mundo contemporâneo, em uma área tão dinâmica como o Direito, a formação constante é uma das principais demandas. É um prazer estar aqui.”

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



DIREÇÃO EMOCIONAL, CARREIRA E PROPÓSITO
Doutor em História Social pela USP, escritor consagrado e membro da Academia Paulista de Letras, Karnal destacou a honra de participar da Cidade da Advocacia



EMOCIONANTE
Para fechar o primeiro dia, a cultura gaúcha foi celebrada com uma apresentação emocionante de Renato Borghetti, mestre da gaita-ponto, acompanhado por sua filha, a bailarina Emily Borghetti. Juntos, eles apresentaram uma fusão vibrante de música e dança que encantou o público

OAB/RS ENTREGA À ADVOCACIA NOVO POLO DE ATENDIMENTO DO IPE PREV-RS

Atendimento em breve será ampliado para o ambiente virtual



MARCO INSTITUCIONAL
Em 2025, a Cidade da Advocacia foi palco de um marco institucional: a assinatura do convênio entre a OAB/RS e o IPE Prev para a implantação de um posto de atendimento exclusivo para a advocacia. Na foto, painelistas do XIII Encontro dos Advogados Previdenciaristas

A formalização do convênio ocorreu durante o XIII Encontro dos Advogados Previdenciaristas, com a presença do presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia. Ele destacou: "A OAB gaúcha está atenta às demandas da advocacia previdenciarista e mantém um diálogo constante com as instituições nas quais nossos colegas atuam. São justamente os profissionais dessa área que, com união e competência, contribuem para conquistas como a de hoje, que certamente trará inúmeras melhorias para o exercício da profissão."

O evento foi promovido pela Comissão de Seguridade Social da OAB/RS, presidida por Tiago Kidricki. Ele lembrou que as primeiras discussões com o IPE Prev começaram ainda no período da pandemia de Covid-19: "O presidente Lamachia e eu demos início a esse trabalho. Trata-se de uma conquista histórica, fruto de muito esforço e dedicação de toda a nossa comissão."

O posto entra em operação inicialmente com atendimento presencial na sede do IPE Prev, localizada na Av. Borges de Medeiros, nº 1945, em Porto Alegre. O agendamento deve ser feito por meio do site da OAB/RS. Uma das inovações previstas no plano de trabalho é a expansão do atendimento para o ambiente virtual, ampliando o acesso e a conveniência para os advogados e advogadas.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

Dia 02
06/08/2025

MÚLTIPLOS PALCOS E MAIS DE 100 PALESTRAS SIMULTÂNEAS FIGURAM O EVENTO DA OAB/RS

Ciclo de debates, capacitações e experiências, tudo acontecendo ao mesmo tempo

No segundo dia da Cidade da Advocacia 2025, o Auditório Prerrogativas foi palco de uma programação intensa e diversificada, reunindo advogados e advogadas de diferentes áreas do Direito. A tarde contou com painéis especializados que abordaram desde conflitos entre hierarquia e especialização no Direito do Trabalho até os impactos da tecnologia na implementação de políticas públicas no Direito Público. Além disso, temas como as obrigações do transportador aéreo no Direito Aeronáutico e a atuação do advogado no mercado de capitais também foram discutidos, evidenciando a amplitude e a relevância da programação.

O evento também se dedicou a questões sociais e contemporâneas. O painel "Cor, Controle e Justiça: desafio do Direito frente ao racismo institucio-



IV CONGRESSO DE DIREITO DIGITAL
Luciano Brasil, diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público durante congresso que lotou a plateia durante debate

nal" promoveu um debate sobre a discriminação racial nos sistemas jurídicos, enquanto "Stalking e a Lei Maria da Penha" abordou as diversas formas de violência contra a mulher e a importância da rede de proteção. Além disso, o painel "Direito à vida: saúde da população negra e os desafios da doença falciforme" discutiu o impacto desproporcional da doença na população negra e como o racismo estrutural interfere no tratamento médico.

A programação da tarde também incluiu debates sobre a manipulação de resultados relacionados a apostas esportivas, enfatizando a necessidade de maior cooperação entre instituições para a apuração dos fatos. Além disso, foram apresentados cenários de investimentos no Rio Grande do Sul, destacando a aquisição e atualização de máquinas e equipamentos como os maiores investimentos das empresas.

A Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas dos Advogados (CDAP) da OAB/RS realizou uma série de painéis que abordaram temas essenciais para a valorização e o fortalecimento da advocacia. O encontro iniciou com a palestra "A investigação defensiva como instrumento de efetivação das prerrogativas da advocacia no Processo Penal Acusatório". O painel destacou a importância da investigação defensiva como ferramenta estratégica para o advogado, permitindo o acesso a elementos de prova que podem ser utilizados em sua atuação, desde que obtidos e preservados de forma adequada.

Outros painéis discutiram temas como os desafios do juízo 100% digital na Justiça do Trabalho, o direito à sustentação oral e a preferência da mulher advogada. Essas discussões evidenciaram a atuação da CDAP na garantia do pleno exercício profissional dos advogados e advogadas, promovendo a reflexão sobre as transformações e desafios enfrentados pela classe.

O Quinto Constitucional, dispositivo que assegura à advocacia a garantia de ocupar 1/5 das vagas de desembargadores nos tribunais brasileiros, também foi tema de apresentações durante a tarde. No Auditório Prerrogativas, magistrados oriundos da advocacia e



QUESTÕES SOCIAIS E CONTEMPORÂNEAS
"Cor, Controle e Justiça: desafio do Direito frente ao racismo institucional" promoveu um debate sobre a discriminação racial nos sistemas jurídicos

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

CIDADE DA ADVOCACIA 2025 FOMENTA DEBATES SOBRE DIREITO DIGITAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

No Multiverso, especialistas nacionais e internacionais protagonizaram um dia inteiro de diálogos sobre o futuro da tecnologia

No segundo dia da Cidade da Advocacia 2025, o Multiverso concentrou a atenção dos participantes ao sediar o aguardado Congresso de Direito Digital, um dia inteiro de debates lotado por especialistas nacionais e internacionais, sob o tema central da inovação jurídica.

Na abertura, Juliano Madalena, presidente da Comissão Especial de Proteção de Dados e Privacidade (CEPDP) da OAB/RS, destacou o papel do Congresso como ponto de encontro de referências em Direito Digital, trazendo à tona discussões atuais essenciais tanto para a advocacia quanto para a sociedade.

Na sequência, o presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia, elogiou a iniciativa e ressaltou que, em um momento em que o Marco Civil da Internet já está em vigor e os tribunais começam a adotar ferramentas de inteligência artificial, é fundamental que a instituição promova um debate interno robusto e proposituras de fiscalização que garantam o devido processo legal e as prerrogativas da advocacia.

A palestra "Regulamentação da IA" evidenciou a necessidade urgente de uma legislação sólida para orientar o uso da inteligência artificial, com destaque para a participação de Ryan Calo, professor da Universidade de Washington e renomado jurista nas áreas de tecnologia emergente, privacidade, robótica e IA.

A manhã seguiu com debates sobre a aplicação da IA no sistema de Justiça e os impactos do Marco Civil da Internet na propriedade intelectual.



O BRASIL SOB ANÁLISE
O filósofo, professor universitário e cientista político, Fernando Schüler, abordou temas como liberdade de expressão, segurança jurídica e regulação das redes, ressaltando que "precisamos sair da polarização e buscar um debate político mais produtivo, com um Judiciário sóbrio e respeito às liberdades individuais"

À tarde, aconteceram os painéis "Regulação das Plataformas", que abordou a vulnerabilidade digital dos usuários e as dinâmicas econômicas, e "Governança em IA", centrado nos mecanismos para assegurar o desenvolvimento ético e transparente da tecnologia, com foco na proteção dos direitos fundamentais.

Ainda na quarta-feira, no Auditório Prerrogativas ocorreu o painel "Encontro com o Futuro: o Brasil sob análise", em que o cientista político Fernando Schüler abordou temas como liberdade de expressão, segurança jurídica e regulação das redes, ressaltando que "precisamos sair da polarização e buscar um debate político mais produtivo, com um Judiciário sóbrio e respeito às liberdades individuais".

No mesmo espaço, foram realizados painéis sobre os desafios da inteligência artificial em face da discriminação racial em algoritmos, atualizações sobre precatórios estaduais e um debate interinstitucional sobre o enfrentamento ao feminicídio no Rio Grande do Sul, com participação da Brigada Militar, da Polícia Civil e do Tribunal de Justiça.

O encontro temático "Direito Penal do Século XXI sob a ótica dos Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito" abordou a constitucionalidade dos julgamentos, a garantia de tratamento digno aos jurisdicionados e a situação do sistema carcerário.

O dia foi encerrado com o painel "Reforma do Código Civil – o livro de Direito Digital", que discutiu a proposta de adaptação legislativa para incorporar um capítulo dedicado ao Direito Digital no Código Civil, analisando os desafios e oportunidades dessa inovação jurídica.



USO DA TECNOLOGIA
Durante todo o dia, a Cidade debateu as variações do tema: na foto, a vice-presidente da OAB/RS, Claridê Chitolina Taffarel, comanda um dos painéis

membros do pleno de diversas cortes compartilharam suas experiências, refletindo sobre a importância da presença de profissionais do Direito nos tribunais para a oxigenação e aprimoramento da administração da Justiça.

Na Praça do Futuro, workshops abordaram inovações tecnológicas no campo jurídico. Dentre os temas discutidos, destacaram-se a automatização de tarefas jurídicas com o uso de inteligência artificial (IA), visando aumentar a produtividade e expandir os negócios, e o protesto de dívidas como meio eficiente para evitar a inadimplência, com ênfase no Provimento 149 do CNJ.

O workshop "Sem entender, não se começa: como iniciar um projeto de IA no jurídico", conduzido por Thainá de Sá (head de Inovação Jurídica na Toolslaw) e Elias D. Gonçalves (CEO na Care Business), explorou o uso da inteligência artificial na rotina jurídica, apresentando seus diferentes tipos, formas de auxílio e cases na área.

Encerrando o segundo dia de programação, o humorista Jair Kobe, interpretando o personagem Guri de Uruguaiana, levou a plateia a dar boas risadas com suas piadas, paródias musicais e causos gaúchos. Em parte da apresentação, o Guri subiu ao palco acompanhado do advogado Vinicius Dutra, integrante da diretoria da Subseção de Novo Hamburgo da OAB/RS, que abordou o tema do planejamento financeiro para a advocacia, promovendo o olhar para a prosperidade pessoal e profissional. O painel foi promovido pela OABPrev.

A programação do segundo dia da Cidade da Advocacia 2025 reafirmou o compromisso da OAB/RS com a valorização da advocacia, a defesa das prerrogativas profissionais e a promoção da inovação no exercício do Direito. Com mais de 500 horas de atividades simultâneas e 12 palcos, ela consolidou-se como o maior evento jurídico do Sul do Brasil, reunindo profissionais e estudantes em um ambiente de aprendizado, reflexão e fortalecimento da advocacia gaúcha. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Dia 03
07/08/2025

CIDADE DA ADVOCACIA 2025 MARCA NOVO PATAMAR COM UMA AGENDA DE MAIS DE 50 ATIVIDADES SIMULTÂNEAS

No terceiro dia, o evento reuniu debates jurídicos em diferentes áreas, celebrou a entrada de novos advogados na OAB/RS e contou com a palestra inspiradora de Dado Schneider além do VI Seminário da Comissão Especial de Responsabilidade Civil

No terceiro dia, a Cidade da Advocacia 2025 consolidou-se como um marco na história da OAB/RS, reunindo mais de 50 atividades simultâneas e atraindo um público diversificado. O Auditório Prerrogativas foi palco do VI Seminário da Comissão Especial de Responsabilidade Civil, que reuniu especialistas de diversas regiões do país para discutir temas centrais da responsabilidade civil.

Os debates abordaram áreas como Direito Médico, Trabalhista e Digital, além de temas atuais como a reforma do Código Civil, quantificação do dano moral e responsabilidade civil afetiva. Simultaneamente, outro painel discutiu os riscos, desafios e oportunidades da proposta de atualização do Código Civil. A reforma, considerada uma das leis mais importantes do ordenamento jurídico,



SEMINÁRIO REFORMA DO CÓDIGO CIVIL
Presença de Leonardo Lamachia, presidente da OAB/RS, pontua a importância do tema para a categoria



"O MUNDO MUDOU... BEM NA MINHA VEZ"

Dado Schneider explorou como as novas tecnologias estão transformando o mundo e as relações hierárquicas, oferecendo uma visão clara sobre o impacto das relações interpessoais nas diferentes gerações e apontando caminhos para o futuro

divide opiniões: enquanto alguns defendem a necessidade de adequação à nova realidade social, tecnológica e contratual, outros apontam falhas no texto apresentado e questionam sua conveniência.

O dia foi encerrado com a palestra do especialista em comunicação Dado Schneider, que apresentou o tema "O mundo mudou... bem na minha vez". Schneider explorou como as novas tecnologias estão transformando o mundo e as relações hierárquicas, oferecendo uma visão clara sobre o impacto das relações interpessoais nas diferentes gerações e apontando caminhos para o futuro.

Em uma cerimônia, 30 novos profissionais receberam suas respectivas credenciais das mãos do presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia. Lamachia destacou o caráter especial da cerimônia realizada durante a Cidade da Advocacia 2025, simbolizando o início de uma trajetória de responsabilidade, ética e compromisso com a defesa da cidadania e da Justiça. Ele reforçou que a OAB/RS estará sempre de portas abertas para apoiar, orientar e fortalecer cada profissional, acreditando que uma advocacia unida e valorizada é fundamental para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

O evento também contou com workshops e painéis que abordaram temas como o papel da advocacia no processo eleitoral, governança partidária, compliance, enfrentamento à desinformação e os direitos da população LGBTQIAPN+. Além disso, foram discutidos assuntos relacionados à segurança pública, com foco na atuação da Comissão Especial de Políticas Criminais e Segurança Pública (CEPCSP) da OAB/RS, abordando questões como o fortalecimento das políticas de prevenção, a integração entre órgãos do sistema de Justiça e a defesa dos direitos fundamentais no contexto do sistema prisional. O dia também contou com o encontro de delegados da OABPrev-RS, que discutiram os impactos do envelhecimento populacional na sociedade e na previdência.

Nos três palcos do Multiverso, a programação reuniu painéis sobre temas técnicos e atuais, como os impactos da reforma tributária na advocacia, as mudanças trazidas pelo novo marco legal dos seguros e os caminhos para a formação jurídica internacional. Também foram debatidos os limites das responsabilidades civil e penal na proteção à pessoa idosa, além dos desafios éticos no uso da inteligência artificial pela advocacia e as tendências da propriedade intelectual no contexto digital.

O encontro temático sobre transação



WORKSHOPS
O evento também contou com workshops e painéis que abordaram temas como o papel da advocacia no processo eleitoral, governança partidária, compliance, enfrentamento à desinformação e os direitos da população LGBTQIAPN+



NOVOS ADVOGADOS
Em uma cerimônia, 30 novos profissionais receberam suas respectivas credenciais das mãos do presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia, que destacou o caráter especial da cerimônia realizada durante a Cidade da Advocacia 2025, simbolizando o início de uma trajetória de responsabilidade, ética e compromisso com a defesa da cidadania e da Justiça

tributária discutiu alternativas para negociação de créditos nas esferas federal, estadual e municipal, destacando as possibilidades jurídicas e os limites de atuação dos entes públicos. Outros painéis trataram da advocacia corporativa como instrumento de geração de valor aos negócios, da importância do Direito na construção de uma sociedade mais inclusiva, dos direitos das pessoas com deficiência e dos desafios estratégicos do Rio Grande do Sul, com foco em desenvolvimento, sustentabilidade e planejamento.

Na Praça do Futuro, a programação destacou os impactos da tecnologia no exercício da advocacia. Oficinas apresentaram formas de aplicar a análise de dados na prática jurídica e trouxeram reflexões sobre o uso estratégico de dados abertos em investigações. Também foram abordados os desafios do uso da inteligência artificial (IA) e os limites éticos no ambiente digital, contribuindo para o debate sobre inovação e responsabilidade. Ainda nesse tema, foi discutido o uso da IA para aprimorar o contato com o cliente e como o domínio da engenharia de prompts, por meio de técnicas como contextualização, especificidade, exemplificação e role-playing, eleva o nível do uso da IA.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Dia 04
08/08/2025

CIDADE DA ADVOCACIA ALCANÇA 27 MIL INSCRITOS NO QUARTO DIA DE PROGRAMAÇÃO

Congressos de Direito de Família e Sucessões e do Terceiro Setor movimentaram o Cais Embarcadero

Na sexta-feira, 8 de agosto, o penúltimo dia da Cidade da Advocacia 2025 registrou o expressivo número de mais de 27 mil inscritos e trouxe uma extensa variedade de atividades em 12 palcos simultâneos. Entre painéis, palestras, encontros temáticos, pitchs e workshops, o público presente teve acesso a conteúdo estratégico voltado à capacitação profissional.

Os destaques do dia foram o workshop Tipografia Jurídica, a II Conferência Estadual de Direito do Terceiro Setor e o III Congresso de Direito de Família e Sucessões da OAB/RS, além de intensa atuação nos espaços Auditório Prerrogativas, Multiverso, Multipalco Liberdade e Praça do Futuro.

No painel Tipografia Jurídica, o especialista nacional Júlio Xavier explorou a importância da tipografia para aprimo-



III CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA OAB/RS
Evento ocorreu no Multipalco com presença massiva na plateia

rar a clareza, legibilidade e persuasão de documentos jurídicos. Segundo o palestrante, a tipografia vai além da estética, atuando como um instrumento essencial para a comunicação jurídica eficaz.

A programação da manhã também incluiu um debate sobre previdência complementar, com foco na segurança advinda dessa modalidade, voltada a complementar os benefícios da previdência social (INSS).

Na sequência, o palco do Auditório Prerrogativas sediou o III Congresso de Direito de Família e Sucessões da OAB/RS, com foco em igualdade, diversidade, gênero e organização patrimonial para prevenção de conflitos. O presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia, ressaltou que o Direito de Família está no centro das transformações sociais e destacou o papel do congresso na promoção de soluções jurídicas justas e inclusivas para famílias gaúchas.

Os painéis abordaram temas como holding familiar e planejamento sucessório, famílias digitais e seus desafios, com ênfase na exposição de bebês nas redes sociais e os limites do consentimento, e a sucessão do cônjuge e companheiro, com foco em alterações no Código Civil, usufruto de herança e divisão de bens. Também foram discutidos avanços nos dez anos do CPC e os desafios advocatícios relacionados à autonomia privada no Direito de Família.

A II Conferência Estadual de Direito do Terceiro Setor reuniu advogados de diferentes regiões para debater atuação jurídica em ONGs, associações, OSCIPs e fundações. Luiz Carlos Levenzon, presidente da Comissão Especial do Terceiro Setor, destacou que esse espaço preenche lacunas deixadas pelo Estado e setor privado. O evento abordou direitos humanos, estrutura jurídica, prerrogativas, compliance, governança jurídica, proteção de dados e uso de tecnologia.

Na abertura da conferência, a vice-presidente da OAB/RS, Claridê Chitolina Taffarel, e a secretária-geral adjunta, Regina Soares, enfatizaram o comprometimento da instituição com os direitos das mulheres. Temas como reconstrução, empreendedorismo e liderança feminina foram debatidos, culminando no lançamento do e-book "Elas na Advocacia V".



JÚLIO XAVIER
No painel Tipografia Jurídica, o especialista nacional Júlio Xavier explorou a importância da tipografia para aprimorar a clareza, legibilidade e persuasão de documentos jurídicos. Segundo o palestrante, a tipografia vai além da estética, atuando como um instrumento essencial para a comunicação jurídica eficaz

No Auditório Prerrogativas, a programação abordou temas centrais do Direito do Trabalho e das inovações jurídicas: foram discutidos a síndrome de burnout e a responsabilidade civil do empregador, os impactos e desafios da inteligência artificial nas relações de trabalho, além das novas fronteiras da previdência complementar, com foco nas transformações impulsionadas pela tecnologia e pelos avanços regulatórios.

No Multiverso, os debates envolveram temas como arrematação de imóveis em leilões, gestão de escritórios de advocacia, impacto da reforma tributária aprovada, lei que restringe aparelhos eletrônicos nas escolas (Lei nº 15.100/25), educação jurídica (debate sobre "Diploma ou formação?"), Direito Médico e impactos de IA, NR-1 e acidentes de trabalho, reforma do Imposto de Renda e desafios da advocacia tributária, advocacia pública e desastres climáticos, teses vinculantes do TST e atuação de agentes autônomos na advocacia.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

SESSÃO MAGNA HOMENAGEIA A ADVOCACIA GAÚCHA COM DISTINÇÕES E RECONHECIMENTO

Cerimônia reconhece contribuições históricas e entrega distinções a profissionais que marcaram a trajetória da Ordem gaúcha



Emoção, representatividade e valorização marcaram a tradicional Sessão Magna em comemoração ao Dia da Advocacia, realizada no Auditório Prerrogativas, na Cidade da Advocacia. Durante o evento, a OAB/RS concedeu o título de Advogado Emérito, entregou a Comenda Oswaldo Vergara e realizou a sessão de jubilamento de advogados e advogadas, homenagens que visam reconhecer figuras de destaque na advocacia gaúcha que contribuíram, e ainda contribuem, para a trajetória da entidade.

A abertura cultural contou com apresentações de Erlon Péricles, Liliana Cardoso e do Coral da CAARS, sob a regência da maestrina Iovana Scaravelli.

Em seu discurso, o presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia, destacou que, apesar de se tratar de uma solenidade festiva, a Sessão Magna também reforça o compromisso institucional com o juramento da advocacia, especialmente num contexto político nacional delicado.

Foi agraciado postumamente Júlio Cezar Mandagaran Caspani, falecido em junho, representado por familiares. Nascido em 7 de julho de 1936, em Uruguaiana, ele teve trajetória marcante como advogado, prefeito de Cachoeira do Sul, membro da Câmara de Vereadores, da Assembleia Legislativa e da OAB/RS. Lamachia emocionou-se ao declarar: "Aprendi muito com ele, sobretudo que liderança exige olhar para o outro e suas necessidades, algo que ele dominava. Obrigado, Dr. Júlio Cezar Caspani, por tudo."

Na cerimônia da Comenda Oswaldo Vergara, a mais alta distinção da OAB/RS foi entregue a advogados e advogadas, enaltecendo o mérito, a ética e a dedicação desses profissionais. Também foram homenageados jubilados, aqueles com pelo menos 30 anos de atuação e idade igual ou superior a 70 anos.

Ao dirigir-se aos homenageados, Lamachia afirmou: "Recebam nosso carinho, respeito e admiração, em nome da advocacia gaúcha, por seu trabalho persistente e ético em defesa da justiça ao longo dos anos."

Receberam a Comenda:
Alessandro de Souza Rezende (in memoriam)
Armando Moutinho Perin
Carlos Alberto Macedo de Albuquerque (in memoriam)
Cecilia Andrade Guimarães
Eduardo Gralha Silva
Gustavo Juchem
Ingrid Renz Birnfeld
Janina Sobral de Rezende
Luiz Carlos Vasconcellos
Marco Antônio Miranda Guimarães (in memoriam)
Maria do Horto Caillava dos Santos
Marlei Salete Flores
Morgana Bordignon
Narcy Antonio Maldaner
Patrícia Degrazia Lima
Paulo Ricardo Dias de Moraes
Rosa Maria Fernandes da Rosa Fróes
Rosane Beatriz Jachimovski Danilevicz
Saulo Oliveira do Nascimento

Jubilados:
Adelaide Melo Nogueira
Ciane Braz Franco
Darcy Rocha Martins Mano
Diva Torres
Edison Pilar
Eduardo Teixeira Pereira
Emílio Keidann Júnior
Homero Alves Paim
Ione Edilce da Costa Campos
Janice Henrique da Luz
Lourdes Leonice Hübner
Maria do Carmo Santos da Silva
Maria Helena Carpes Albuquerque
Marilene Silveira Guimarães
Nilsa Rodrigues de Freitas
Sonia Maria Cadore
Tania Regina Amorim de Mattos
Tonia Tarragó Schiffer
Virginia Tschiedel Farias
Waldir Vissoni

LEBERG
IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO



CIDADE DA ADVOCACIA 2025 É REFERÊNCIA NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO

A quarta edição da Cidade da Advocacia encerrou-se no sábado, com números impressionantes: foram 12 palcos em operação simultânea, mais de 100 palestras, 500 horas de conteúdo simultâneo e um recorde histórico de público, 28 mil inscrições para uma programação gratuita, plural e especializada, voltada a advogadas, advogados e estudantes de Direito. O evento consolidou-se como uma fonte de network, capacitação e valorização da advocacia gaúcha, com linguagem moderna e transformadora.

O presidente da OAB/RS e idealizador do projeto, Leonardo Lamachia, agradeceu a todos os envolvidos e aos participantes que passaram pelos armazéns do Cais Embarcadero durante os cinco dias intensos. Ele ressaltou: “Esse momento é de alegria. Estamos felizes. Começamos a Cidade em 2022, quebrando paradigmas e escancarando as portas da nossa instituição para a advocacia gaúcha. Hoje, vemos a referência que ela se tornou.

No Auditório Prerrogativas, a palestra magna do último dia foi conduzida pelo neurologista Pedro Neuro, com o tema “Saúde e longevidade na advocacia”. Em sua terceira participação no evento, ele abordou a combinação entre atividade física, alimentação e pensamento positivo para elevar a qualidade de vida.

A programação também incluiu painéis sobre inteligência artificial, focando em inclusão, capacitação e proteção aos cidadãos mais vulneráveis; a série da Comissão Especial do Direito à Saúde (CEDS), “Advogando no Direito à Saúde”, tratou da judicialização da saúde, segurança, novas tecnologias e o Tema 1234 do STF e PMVG. O painel “O Clube do Livro” da Comissão da Jovem Advocacia discutiu o livro “O parque das irmãs magníficas”, de Camila Sosa Villada, enquanto o “Círculo da Coragem” dialogou sobre o Direito à Saúde para pacientes oncológicos. Também foi promovido o painel “Dados, tecnologia e legal OPS: até quando dá pra ignorar?”



NA HISTÓRIA
“Ano que vem a Cidade será ainda maior, e teremos uma novidade: um festival de música valorizando os artistas gaúchos. Até 2026!", adiantou o idealizador, Leonardo Lamachia

O Multipalco Liberdade recebeu a tradicional Mateada da Cidade, com artistas celebrando a cultura gaúcha. No lounge externo, aconteceu a escolha das prendas do piquete da OAB/RS: Alexandra Ramos Martins e Isadora Pinto da Silva, eleitas como primeira e segunda prenda, respectivamente.

A despedida em alto estilo teve apresentações de Serginho Moah, DJ Cabeção, Diego Dias e Tonho Crocco no palco principal, um encerramento festivo que enalteceu a missão da advocacia, honrou sua história, promoveu reflexões sobre o presente e o futuro e fortaleceu os laços de uma classe essencial para a defesa da democracia. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

CIDADE DA ADVOCACIA 2025

Confira quem são as pessoas, empresas e imagens que fizeram uma cidade brotar no coração da cidade e deixar saudades nos mais de 27 mil inscritos

Gabriela Nunes



Amigos
Fabricio Peruchin, Claridê Chitolina Taffarel, Neusa Maria Rolim Bastos e Jorge Pozzobom



Sintonia
A vice da OCB/RS, Claridê Chitolina Taffarel, e o presidente Leonardo Lamachia



Cidade tem que ter barbearia



Olha a selfie!



AFAPA
Nara Pinheiro, presidente da associação



Banrisul, sempre presente!



Painel "Reforma do Código Civil"



Cidade que se preza, tem que ter pipoqueira!

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



Laura Porto
Um dos destaques do evento, presente em diversos debates



Tribunal de Justiça do RS
O desembargador Alberto Delgado Neto, presidente do Tribunal de Justiça do RS



Sebastião Melo
O prefeito de Porto Alegre também comandou um painel na Cidade da Advocacia



A desembargadora Cristiane Nery e o amigo Leonardo Lamachia



Viva a cultura gaúcha!



Guri de Uruguaiana



Serginho Moah



Tonho Crocco

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



Sustentação oral!
A causa e seu maior defensor



Comenda Oswaldo Vergara 2025



Júlio Cezar Caspani
A gratidão da OAB/RS por um homem que tanto fez pela entidade



Grandiosidade
O maior evento da advocacia é da OAB gaúcha



PUC/RS, parceria de luxo



OABPrev



Recorde
Mais de 27 mil inscritos participaram do evento deste ano

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



Respeito



Apoteose
Pôr do sol no encerramento



Despedida
Chega ao fim a Cidade da Advocacia 2025



...te esperamos em 2026

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Agência Euro

A reconstrução do RS passa pela **união dos municípios.**

A Granpal trabalha junto aos municípios do nosso estado, na reconstrução de cidades e na retomada da vida de milhares de gaúchos, estimulando investimentos em educação, saúde, desenvolvimento econômico e infraestrutura de prevenção contra eventos climáticos extremos.



4 ANOS | Granpal

Consórcio dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre: Alvorada, Arambaré, Arroio dos Ratos, Barra do Ribeiro, Butiá, Cachoeirinha, Camaquã, Canoas, Charqueadas, Eldorado do Sul, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Mariana Pimentel, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Portão, Santo Antônio da Patrulha, Sapucaia do Sul, Sertão Santana, São Jerônimo, São Leopoldo, Taquari, Triunfo e Viamão.

@granpalrs granpal-rs

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



ACERVO PESSOAL

MATÉRIA DE CAPA

PRESIDENTE DA OAB/RS, LEONARDO LAMACHIA, RECEBE MEDALHA DO MÉRITO FARROUPILHA

A honraria máxima da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi entregue no Dia da Advocacia

Edição e legendas: Patrícia Cruz
Fotos: Diego Mendes/OAB-RS

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

LEBERG IBSAÚDE CDP DIREITO PÚBLICO

O presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia, recebeu, no Dia da Advocacia, a Medalha do Mérito Farroupilha, em cerimônia realizada no Salão Júlio de Castilhos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A homenagem é uma iniciativa do deputado estadual Gustavo Victorino e foi entregue na data em que se comemora o Dia da Advocacia.

Lamachia, em seu discurso de agradecimento, disse estar com o coração cheio de orgulho e alegria por receber a honraria. "Recebo em nome das advogadas e dos advogados gaúchos e com eles divido essa medalha. Sintam-se homenageados neste dia pela Casa do Povo, pois a advocacia é função essencial à Justiça e defensora das liberdades e da democracia", disse.

O presidente da Ordem também utilizou o plenário para se posicionar a respeito da soberania popular e do Estado Democrático de Direito. "O único caminho para uma nação ter paz, prosperidade e desenvolvimento é o da democracia, assim compreendida com o exercício do voto secreto, direto, periódico, universal; o respeito ao resultado das eleições; a observância da CF/88; a garantia do devido processo legal; e a preservação



FAMÍLIA LAMACHIA
Membros do Clã Lamachia em festa: um sobrenome que se funde com a própria advocacia no RS, tomando, cada vez mais, tons de dinastia

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



> Recebo em nome das advogadas e dos advogados gaúchos e com eles divido essa medalha. Sintam-se homenageados neste dia pela Casa do Povo, pois a advocacia é função essencial à Justiça e defensora das liberdades e da democracia

PARA ETERNIDADE
A homenagem é uma iniciativa do deputado estadual Gustavo Victorino e foi entregue na data em que se comemora o Dia da Advocacia



FAMÍLIA OAB
Na foto, muitas das pessoas que servem de inspiração ao presidente da OAB/RS

das prerrogativas da advocacia. O STF tem como missão garantir a aplicação da Constituição Federal, promover a paz social e a segurança jurídica e não ao contrário, como tem feito em algumas decisões que não contribuem para a estabilidade institucional".

A necessidade de reafirmar valores que já considerávamos consolidados, mas que estão em franco risco, também foram observados por Lamachia. "A OAB do Rio Grande do Sul conclama a classe política, o STF, o Congresso Nacional, o governo federal, as entidades da sociedade civil e a cidadania a buscarem o diálogo, o encontro e caminhos para que a vida de milhares de pessoas possa melhorar nas suas necessidades básicas como saúde, segurança, educação e infraestrutura. A única forma desse concerto social ocorrer é a partir de um exemplo das lideranças dos três Poderes e da oposição pela retomada da normalidade institucional na forma da Carta Política de 1988".

O deputado Gustavo Victorino falou sobre como Lamachia faz, hoje, a OAB/RS ser referência nacional. "Uma OAB plural, sem influência político-partidária, que tem a luta pela lei, o respeito pelo artigo 133 da Constituição. A interlocução do Dr. Leonardo, ao longo do tempo, com a Justiça, com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, com todos os órgãos, mostrou que, sim, é possível existir paz em um segmento tão tumultuado quanto é a prática da Justiça e da democracia no nosso país. Parabéns, Dr. Leonardo! E em nome desta casa quero desejar um grande dia da advocacia. Que vocês tenham hoje a certeza de que vocês têm uma profissão nobre, pois luta pela pacificação do tecido social e pela democracia".

Representante da Mesa Diretora da ALRS, a deputada Delegada Nadine (PSDB) salientou que, mais do que uma trajetória profissional, celebra-se nesta homenagem à Lamachia uma postura, um compromisso e uma forma de servir ao nosso Estado e ao nosso país, com coragem, com determinação, com lealdade aos princípios da Justiça e da democracia. "Nesta segunda-feira que comemoramos o Dia da Advocacia, com muita honra, estou aqui representando todos os deputados e deputadas desta casa. Essa honraria é mais do que merecida. Dr. Leonardo se destaca pela liderança que vem exercendo à frente da Ordem; se destaca pela pessoa, pelo homem, pelo amigo que é. Representa uma advocacia que não se dobra diante de pressões e que se mantém vigilante na preservação das garantias constitucionais e que entende que a Justiça só é plena quando é acessível a todos".

A Medalha do Mérito Farroupilha é a distinção máxima da Assembleia Legislativa gaúcha. É uma medalha destinada a pessoas que contribuíram para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia


Rabusch
MODA FEMININA
HÁ 38 ANOS
UMA MARCA GAÚCHA
WWW.RABUSCH.COM.BR



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

MATEUS MARQUES

20 anos de advocacia criminal

Uma trajetória de propósito, técnica e presença

Duda Streb
Edição: Lucio vaz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência e Acervo Pessoal

Uma missão que se materializa todos os dias em um espaço que carrega seu nome, mas que representa muito mais do que uma marca pessoal: o escritório Mateus Marques Advocacia Criminal. Ao navegar pelo site da banca, o visitante logo percebe que está diante de um projeto jurídico consolidado, guiado por valores consistentes e uma identidade forjada ao longo de duas décadas de atuação ética, combativa e intelectualmente comprometida com a defesa intransigente dos direitos fundamentais. O escritório não é apenas um espaço de prática criminal: é um ambiente de pensamento jurídico profundo, de reflexão constante sobre os limites do poder punitivo e de afirmação da advocacia como instrumento de resistência e justiça. As bibliografias recomendadas, os artigos publicados e os conteúdos compartilhados revelam um compromisso com a formação contínua. Trata-se de um escritório que compartilha saberes, estimula o pensamento crítico e compreende a advocacia criminal como uma atividade de responsabilidade pública e densidade democrática. Uma casa de advocacia que pensa o Direito, que respeita a história da profissão e que atua com a convicção de que cada caso é mais do que um processo - é uma vida, uma história, um universo de significados que exige respeito, preparo e coragem. Numa época em que muitos tratam a advocacia como mercado, o Mateus Marques Advocacia Criminal nos lembra, com altivez e sobriedade, que ela deve ser, antes de tudo, missão.

Natural de Canoas, Mateus Marques é filho único de Pedro e Cledir, duas figuras que, mesmo vindo de uma vida simples e humilde, deixaram ao filho um legado imensurável de valores. Pedro trabalhava em um posto de gasolina, onde enfrentava longas jornadas com dedicação silenciosa e uma dignidade que não se media pelo uniforme, mas pela postura. Cledir, com mãos firmes e coração generoso, era cabeleireira e exercia a profissão com arte, escuta e cuidado. Foi nesse ambiente modesto, mas repleto de afeto, que Mateus cresceu aprendendo que a honestidade vale mais do que qualquer conquista fácil e que a força de vontade pode abrir portas onde antes só havia muros. Em casa, nunca lhe faltaram amor, atenção e apoio. E esses pilares moldaram não apenas seu caráter, mas também sua visão de mundo.

Estudou na Escola da Imaculada, passou pelo Marechal Rondon e concluiu o ensino médio no Colégio La Salle, instituições que o marcaram profundamente em sua formação humana e intelectual. Ainda menino, sonhava em ser jogador de futebol e vestir a camisa do Internacional, clube do coração. Com o tempo, porém, a vida revelou outros caminhos. Optou pelo Direito, motivado pela amplitude de possibilidades que o curso

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO



FIRMEZA E RESILIÊNCIA

Em 2018, ingressou no doutorado em Direito da Universidade de Salamanca, uma das instituições mais antigas e prestigiadas da Europa e deverá defender sua tese de doutorado ainda este ano. Seu percurso intelectual impressiona e é admirado por alunos, colegas e juristas. A trajetória de firmeza e resiliência na advocacia criminal também carrega marcas profundas de outra disciplina que o acompanha: o jiu-jítsu. Faixa preta, com 22 anos de dedicação à arte suave, ele encontrou no tatame lições que moldaram sua conduta profissional

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

oferecia e, sem saber ainda, impulsionado por uma vocação silenciosa: a de estar ao lado daqueles que precisam de voz, escuta e defesa. Foi ali que a trajetória do advogado criminalista começou a tomar forma, ainda sem toga, mas já com propósito.

O INÍCIO DA CARREIRA – PRIMEIRAS OPORTUNIDADES, REFERÊNCIAS E VOCAÇÃO REVELADA

A escolha pelo curso de Direito, num primeiro momento, surgiu da percepção de que se tratava de uma formação ampla, com diversas possibilidades profissionais. Mas logo nos primeiros semestres, Mateus direcionou sua atenção às disciplinas relacionadas ao Direito Penal e ao Processo Penal, motivado pelo desejo de compreender os conflitos humanos, os mecanismos de poder e as garantias que protegem o cidadão frente ao Estado.

Sua trajetória profissional começou pela confiança de duas pessoas que mudariam sua história: Regina Paiva e Germano Bonow, figura pública respeitada, ex-deputado estadual e ex-secretário de Saúde. Foi através deles que Mateus teve suas primeiras oportunidades de trabalho e de formação. Em meados de 1997, cursar uma faculdade era um sonho distante para muitos jovens de origem humilde. Mas, graças ao incentivo que recebeu, Mateus pôde dar início a uma jornada que viria a transformar sua vida. Foram anos intensos para concluir o curso e tornar-se bacharel em Direito.

O MATEUS ADVOGADO, ESTILO PRÓPRIO: FIRMEZA, ÉTICA E ESCUTA

Com a credencial da OAB nas mãos e a missão bem clara no coração, Mateus Marques iniciou sua vida profissional com a certeza de que a advocacia criminal seria mais do que um ofício, uma escolha de vida. Desde o início, decidiu construir sua trajetória com base em três pilares: firmeza técnica, ética intransigente e escuta humana. O início foi desafiador. Em muitos momentos, o esforço para manter a porta aberta era tão intenso quanto a dedicação aos próprios casos. Mateus enfrentou tudo com a mesma convicção que levaria para dentro das salas de audiência. E, aos poucos, foi conquistando a confiança de colegas, magistrados e, principalmente, clientes.

Desde os primeiros anos de atuação, percebeu que a busca pelo conhecimento contínuo seria fundamental para consolidar sua prática. Foi assim que, pouco tempo depois de iniciar sua carreira, ingressou na tradicional Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) para cursar a especialização em Ciências Penais, considerada o berço de grandes juristas e expoentes do pensamento jurídico. Com sede de compreender temas mais complexos e contemporâneos, Mateus foi estudar Direito Penal Econômico e Empresarial na Universidade de Castilla-La Mancha, em Toledo, na Espanha. Imerso em outra cultura jurídica, ampliou sua visão sobre os desafios do Direito Penal moderno e sobre o papel do advogado diante das grandes estruturas econômicas e institucionais. Retornou à Universidade de Castilla-La Mancha, desta vez como professor-pesquisador do Departamento de Direito Penal e dedicou-se ao estudo das interseções entre neurociência e Direito Penal. Em 2018, ingressou no doutorado em Direito da Universidade de Salamanca, uma das instituições mais antigas e prestigiadas da Europa e deverá defender sua tese de doutorado ainda este ano. Seu percurso intelectual impressiona e é admirado por alunos, colegas e juristas.

Essas vivências, somadas à prática forense cotidiana, moldaram um profissional plural: rigoroso no trato técnico, sensível à complexidade humana e consciente do papel transformador do saber. A trajetória de firmeza e resiliência na advocacia criminal também carrega marcas profundas de outra disciplina que o acompanha: o jiu-jítsu. Faixa preta, com 22 anos de dedicação à arte suave, ele encontrou no tatame lições que moldaram sua conduta profissional: o valor da base, da estratégia, da paciência e da postura diante do conflito. Para Mateus, a arte marcial não é um capítulo à parte: é parte silenciosa, porém decisiva, da ética, da disciplina e da atitude que o distinguem como advogado criminalista.

O MATEUS PROFESSOR – ENSINAR COMO MISSÃO E CONTINUIDADE DO COMPROMISSO COM A JUSTIÇA

Sua trajetória acadêmica iniciou-se na IMED, em Passo Fundo, onde lecionou suas primeiras disciplinas na graduação em Direito. Foi nesse ambiente que descobriu a habilidade de dialogar com os alunos, despertar o interesse pela dogmática penal e construir uma ponte entre teoria e prática. Posteriormente, foi contratado pela Estácio do Rio Grande do Sul, onde atuou como docente, e também exerceu a função de coordenador do curso de Direito. Tempos depois, passou a integrar o corpo docente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), referência em excelência acadêmica no Rio Grande do Sul. Atualmente, é professor na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), e leciona em diversos cursos de pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal em todo o território nacional, com presença constante em programas de especialização.

Além de educador, Mateus é autor de artigos científicos publicados em revistas jurídicas de referência, bem como obras autorais e traduções técnicas que enriquecem o debate sobre o Direito Penal contemporâneo. Participa como coautor em projetos editoriais ao lado de juristas consagrados, consolidando sua presença intelectual em diferentes espaços do pensamento jurídico. Integra, ainda, o Comitê Técnico da Revista Síntese de Direito e Processo Penal, uma das mais respeitadas do país, onde atua na curadoria de artigos e na avaliação criteriosa de pesquisas científicas, reforçando seu papel como pensador e fomentador do conhecimento. Para ele, a sala de aula, assim como o tribunal, é lugar de defesa da razão, da liberdade e do futuro.

DUAS DÉCADAS DE TRAJETÓRIA – MATURIDADE, GRATIDÃO E PROPÓSITO RENOVADO

Chegar aos 20 anos de atuação na ad-



REFERÊNCIA JURÍDICA
Além de educador, Mateus é autor de artigos científicos publicados em revistas jurídicas de referência, bem como obras autorais e traduções técnicas que enriquecem o debate sobre o Direito Penal contemporâneo. Na foto, entre a esposa, Viviane Migliavacca, e o presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



GRATIDÃO
O sentimento que prevalece é o de gratidão: à família, que esteve ao lado em todos os momentos; aos mestres e colegas que inspiraram e compartilharam a caminhada; e, sobretudo, aos clientes que confiaram o que têm de mais precioso: sua liberdade, sua história e sua voz. Na foto, com o amigo, Claudio Lamachia, membro honorário vitalício da OAB Nacional e da OAB/RS

vocacia criminal é, para Mateus Marques, mais do que um marco temporal. É um rito simbólico de maturidade, uma pausa consciente para olhar o caminho percorrido com gratidão e, o futuro, com serenidade. Ao relembrar o jovem que iniciou a carreira com poucos recursos, mas com fé inabalável em sua missão, o advogado reconhece que cada obstáculo, cada renúncia e cada conquista foram fundamentais para moldar o profissional e o ser humano que é hoje. Foram duas décadas de batalhas judiciais, de noites mal dormidas, de decisões que exigiram firmeza e de muitas histórias carregadas no coração. Também foram 20 anos de confiança conquistada, de vidas transformadas, de vínculos humanos profundos e de um sentido claro sobre o papel da defesa no mundo em que vivemos. O sentimento que prevalece é o de gratidão: à família, que esteve ao lado em todos os momentos; aos mestres e colegas que inspiraram e compartilharam a caminhada; e, sobretudo, aos clientes que confiaram o que têm de mais precioso: sua liberdade, sua história e sua voz. Mateus também reconhece parcerias que potencializam e transformam. Nos últimos três anos, o escritório passou a contar com a atuação decisiva da sócia Bruna Melgarejo, profissional de inteligência refinada, sensibilidade jurídica e capacidade ímpar de atuação. Bruna tornou-se não apenas braço direito de Mateus, mas presença estratégica nas principais decisões institucionais da banca, contribuindo de forma direta para a consolidação de uma advocacia ainda mais técnica, estruturada e combativa.

CONSULTÓRIO DIGITAL NO CAMPO

Projeto de acesso a consultas e diagnósticos de saúde para pessoas que vivem em áreas rurais



Consultórios Digitais com aferição de sinais vitais, exames específicos e videoconferência, médicos da família e especialistas.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

PRÁTICAS CONSOLIDADAS DA APMPA CONDUZEM A INOVAÇÃO NA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL

A partir do RAJ-PGM, do RecuperaPOA, do Reurb Digital e do Observatório ESG, a APMPA aprimora processos, reforça a transparência fiscal e atua como parceira na busca por consolidação de boas práticas de gestão pública em Porto Alegre

Lucio Vaz

Fundada em 4 de junho de 1986, a Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA) nasceu com a missão de unir e representar institucionalmente os procuradores municipais, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos, a defesa das prerrogativas da carreira e a promoção da advocacia pública como instrumento essencial ao interesse coletivo. Desde então, a entidade tem investido de forma permanente em capacitação técnica, pesquisa aplicada e articulação institucional, tornando-se protagonista de conquistas como a Lei Orgânica da PGM e a regulamentação dos honorários sucumbenciais, marcos que consolidaram Porto Alegre como referência nacional em governança jurídica municipal.

Em 2024, quando as enchentes de

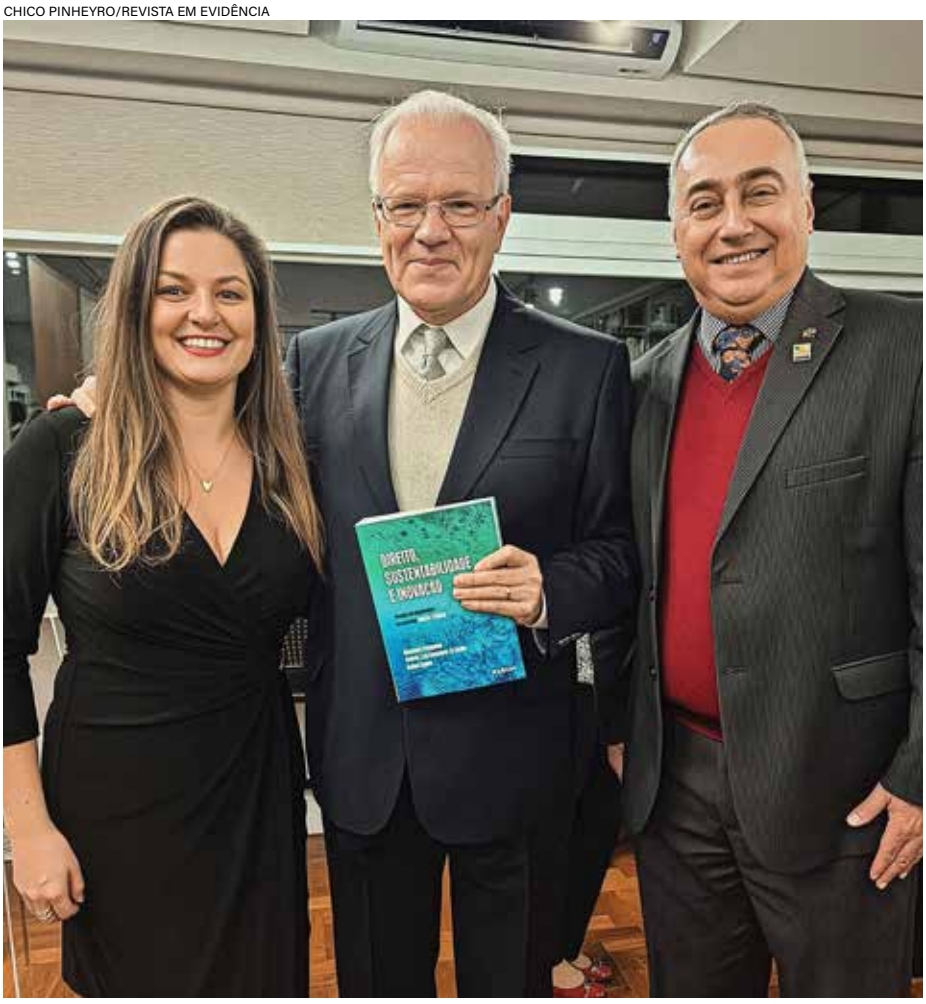
CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



ESDM, PALCO DE DEBATES
A Diretoria de Inovação da APMPA promove a palestra "Aposentadoria em Xeque: Os Desafios da Reforma Previdenciária e da Previdência Complementar para os Procuradores de Porto Alegre". O encontro ofereceu simulações de cálculos, regras de transição e orientações práticas, permitindo que cada procurador avaliasse cenários de aposentadoria voluntária, migração para regimes complementares e planejamento financeiro de longo prazo

maio impuseram à capital gaúcha um cenário de calamidade sem precedentes, a Procuradoria-Geral do Município (PGM) editou a Informação Jurídica Referencial RAJ-PGM nº 13/2024, de 4 de junho, que padronizou a dispensa de licitação para contratações emergenciais, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021 e na Medida Provisória nº 1.221/2024. O documento fixou diretrizes que passaram a nortear toda a administração direta e indireta. "A uniformização das orientações dentro da PGM-POA é essencial para garantir a eficiência, legalidade e transparência dessas contratações", registra o texto referencial, destacando o papel consultivo da Rede de Apoio Jurídico na hora de responder com celeridade e segurança jurídica às demandas de reconstrução da cidade. A RAJ-PGM nº 13/2024 está publicada na base oficial de legislação municipal com o título "Contratação direta por dispensa emergencial fundada no estado de calamidade pública" e também indexada no repositório institucional do Município. O enquadramento jurídico indicado na nota se apoia, além da Lei 14.133/2021, na MP 1.221/2024 (medidas excepcionais para aquisições e obras em calamidade) e na decretação local de calamidade (Decreto municipal 22.647/2024), que é condição expressa da MP para aplicação do regime excepcional.

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



APMPA PRESENTE
Em 17 de julho de 2025, a vice-presidente Helena Panichi representou a APMPA no evento "Direito, Sustentabilidade e Inovação", organizado pela Fundação Escola Superior de Direito Municipal (ESDM), prestigiou o lançamento da obra coletiva em homenagem ao professor Juarez Freitas e anunciou a criação de um observatório interno de indicadores ESG em políticas públicas municipais

Com o parecer de referência em mãos, a RAJ-PGM nº 13/2024 passou a servir de base para orientações internas, com ênfase na observância do art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021 e na publicação dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme a regulamentação municipal da dispensa eletrônica. A APMPA apoiou a difusão dessas orientações entre órgãos municipais e manteve a tradição de formação continuada em parceria com a ESDM, sem divulgação oficial de números de participantes, priorizando repositórios de minutas e modelos padronizados usados pela Rede de Apoio Jurídico (RAJ) da PGM; isso facilitou o controle a posteriori pelos órgãos de controle e aperfeiçoou a rastreabilidade processual. Como suporte procedimental, o Município publicou caderno de orientações sobre dispensas em razão do valor e consolidou, em página própria, as "Informações Referenciais" da PGM (inclusive as de 2024), enquanto o Decreto 22.913/2024 determinou a operacionalização eletrônica e a publicidade no PNCP.

Com a fase aguda da crise superada, a agenda estratégica voltou-se a projetos de modernização fiscal. Em 30 de junho de 2025, a Câmara aprovou o Programa RecuperaPOA 2025, concebido com forte participação técnica dos procuradores associados, que concede descontos progressivos em juros e multas — 90% para quitação à vista, 85% em até seis parcelas, 80% em até doze e 40% nos planos mais extensos — e permite parcelamentos de até 60 vezes, com meta de arrecadar R$ 150 milhões para reforçar o caixa e sustentar a reconstrução urbana. "Este programa não é apenas uma resposta às dificuldades enfrentadas pela população, mas também uma medida estratégica para preparar Porto Alegre para as profundas mudanças trazidas pela Reforma Tributária", explicou a secretária da Fa-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

zenda, Ana Pellini, ao comentar o impacto da futura transição ao Imposto sobre Bens e Serviços.

Durante a tramitação, a justificativa e o texto do Projeto de Lei Complementar nº 012/2025 (RecuperaPOA 2025) consignaram as bases técnicas elaboradas pelas áreas fazendária e jurídica, incluindo o escopo de créditos abrangidos (IPTU, ISSQN, ITBI, TCL, TFLF, IVV e não tributários em dívida ativa) e mecanismos de racionalização do contencioso, com cláusula de que a adesão implica a desistência de ações e recursos relativos aos débitos incluídos (art. 8º), além de parâmetros de descontos escalonados e janela de adesão definidos nos arts. 2º e 10, já consolidados no debate legislativo da Câmara. Esses elementos foram trazidos às notas e à exposição de motivos como forma de compatibilizar a regularização de passivos com a preparação para a transição ao Imposto sobre Bens e Serviços, adotando-se referências comparativas gerais sem quantificações não oficiais no texto final.

Pouco depois, em 15 de julho de 2025, a Diretoria de Inovação da APMPA promoveu a palestra "Aposentadoria em Xeque: Os Desafios da Reforma Previdenciária e da Previdência Complementar para os Procuradores de Porto Alegre". O encontro lotou o auditório da sede da entidade e ofereceu simulações de cálculos, regras de transição e orientações práticas, permitindo que cada procurador avaliasse cenários de aposentadoria voluntária, migração para regimes complementares e planejamento financeiro de longo prazo. A iniciativa reforçou o compromisso da associação com a atualização permanente de seus quadros diante de mudanças legislativas complexas e de alto impacto individual.

No dia seguinte, 16 de julho, a PGM apresentou a consultores do Prêmio Innovare o Reurb Digital, plataforma concebida com aporte técnico dos procuradores para desburocratizar procedimentos de regularização fundiária. Desenvolvido em parceria com a Procempa, o sistema integra bases cartoriais, automatiza verificações urbanísticas e gera peças processuais padronizadas — com a ambiciosa meta de entregar mil matrículas regularizadas ainda em 2025. "A digitalização dos processos de regularização fundiária é um exemplo de como a inovação pode ser usada a serviço da inclusão social. Ao simplificar etapas e garantir segurança jurídica, reforçamos a eficiência das entregas e contribuímos para que os resultados cheguem à população de forma mais célere e segura", pontuou o procurador-geral Jhonny Prado ao apresentar o case.

CHICO PINHEYRO/ REVISTA EM EVIDÊNCIA



COMANDANTE
Alexandre Dionello, presidente da APMPA, tem comandado as estratégias da associação neste ano de 2025

Projetado para interoperar com cartórios de registro de imóveis via APIs em padrão CNJ XML, o Reurb Digital permite emissão e protocolo eletrônicos de títulos de usucapião administrativo, reduzindo em até 70% o tempo médio de registro. O Escritório de Regularização Fundiária da PGM já identificou 250 núcleos urbanos informais e priorizou 26 loteamentos vulneráveis, enquanto o sistema blockchain interno assegura a imutabilidade dos dados geoespaciais. Projeções da Secretaria Municipal de Habitação

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



APMPA, 39 ANOS

Ao longo de quase quatro décadas, a APMPA comprova que a advocacia pública municipal, quando bem estruturada, pode ser vetor decisivo de inovação administrativa, equilíbrio fiscal e segurança jurídica. Na foto, membros da diretoria durante posse da atual diretoria

indicam que a titulação definitiva pode incrementar em 8% a arrecadação de IPTU nessas áreas, viabilizando novas obras previstas no Plano Plurianual 2022-2025, e a APMPA mantém um painel de indicadores que traduz os requisitos da Lei 13.465/2017 em métricas objetivas de desempenho e inclusão social. Para debater a pauta internamente, em 5 de agosto, a ESDM realizou o 1º Encontro dos que Fazem a Reurb: Divulgando Experiências e Estimulando Novos Projetos.

Em 17 de julho de 2025, a vice-presidente Helena Panichi representou a APMPA no evento "Direito, Sustentabilidade e Inovação", organizado pela Fundação Escola Superior de Direito Municipal (ESDM), prestigiou o lançamento da obra coletiva em homenagem ao professor Juarez Freitas e anunciou a criação de um observatório interno de indicadores ESG em políticas públicas municipais. O grupo, composto por procuradores especializados em direito ambiental e gestão de riscos climáticos, utilizará bases de dados de emissões, consumo hídrico e economia circular para subsidiar pareceres sobre contratos, concessões e licenciamento urbanístico, alinhando-se à Agenda 2030 da ONU e antecipando responsabilidades financeiras decorrentes de passivos ambientais,

Para 2026, a APMPA prevê publicar seu primeiro Relatório de Sustentabilidade Jurídica, aderindo às recomendações da International Bar Association e reforçando o protagonismo da advocacia pública porto-alegrense em temas de governança responsável. Além disso, a Associação prevê um circuito de ações alusivos aos 40 anos da entidade.

Todas essas frentes convergem para um objetivo comum: fortalecer o controle de legalidade e aprimorar a gestão fiscal de Porto Alegre. A uniformização normativa pós-enchentes garantiu respostas imediatas e transparentes às contratações emergenciais; o RecuperaPOA abriu caminho para uma arrecadação mais consistente às vésperas da revolução tributária; o Reurb Digital colocou a regularização fundiária em ritmo de inclusão social inédita; e a capacitação previdenciária protegeu o futuro dos próprios servidores que dão sustentação a esse ciclo virtuoso.

Ao longo de quase quatro décadas, a APMPA comprova que a advocacia pública municipal, quando bem estruturada, pode ser vetor decisivo de inovação administrativa, equilíbrio fiscal e segurança jurídica, valores que sustentam a qualidade de vida da população porto-alegrense e projetam a capital gaúcha como referência nacional em governança responsável. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



SECOM/RS

GISELE WELSCH

Especializada em Advocacia Estratégica nos Tribunais de 2º Grau e Superiores

Entrevista e edição: Patrícia Cruz
Fotos: Acervo pessoal, Chico Pinheyro/Revista Em Evidência, Equipe Sabrina Cabana e Diego Mendes/OABRS

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Criadora do curso "Advocacia Estratégica nos Tribunais de 2º Grau e Superiores", com atuação focada em estratégias jurídicas voltadas aos tribunais de segunda instância e cortes superiores.

Possui 20 anos de experiência como advogada e parecerista nas áreas de Direito Civil e Empresarial, com atuação consultiva e contenciosa em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

É graduada pela PUCRS, com especialização em Direito Público, mestrado e doutorado em Teoria da Jurisdição e Processo pela mesma instituição, além de pós-doutorado na Universidade de Heidelberg, na Alemanha.

Lecionou em cursos de graduação por mais de 15 anos e atualmente é professora em cursos de pós-graduação stricto sensu do Mestrado Profissional e lato sensu, como o LLM do IDP Brasília e em programas de extensão voltados a recursos e precedentes judiciais.

É membro de diversas instituições jurídicas, como IBDP, ABEP, IARGS, IIDP, IRTS e integra comissões da OAB-DF e OAB nacional. Atua também como secretária-geral da Comissão de Educação Jurídica da OAB/RS e examinadora do Exame de Ordem Unificado – OAB.

Autora de livros e artigos acadêmicos, com destaque para as obras:
• O Reexame Necessário e a Efetividade da Tutela Jurisdicional (2010);
• Legitimação Democrática do Poder Judiciário no Novo CPC (2016);
• Precedentes Judiciais e Unidade do Direito – Brasil-Alemanha (2021);

Gisele Welsch firma-se, cada vez mais, como um dos expoentes da advocacia, prova disso, foi sua indicação para três painéis da Cidade da Advocacia 2025.

Confira a seguir, a entrevista exclusiva da Gisele Welsch à Revista Em Evidência







EXPOENTE
Gisele Welsch firma-se, cada vez mais, como um dos expoentes da advocacia, prova disso, foi sua indicação para três painéis da Cidade da Advocacia 2025

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



> “Também há grande necessidade de descongestionamento de tribunais, especialmente o STJ, por meio da implementação do filtro recursal da relevância no recurso especial e do auxílio de mecanismos de inteligência artificial para fins de maior eficiência e racionalização da atividade jurisdicional”



> O estudo que realizei no pós-doutorado na Alemanha consistiu justamente na análise do funcionamento do Tribunal Federal alemão (BGH) e trouxe contribuições para o aprimoramento da atividade do STJ, que precisa ter mais uniformização de jurisprudência e também promover a racionalização da atividade jurisdicional

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



Considerando a campanha da OAB/RS em defesa da sustentação oral, quais impactos negativos podem ser observados com a adoção do julgamento em Plenário Virtual?

Com a implementação do Plenário Virtual como regra, a sustentação oral fica restrita a gravação por vídeo ou áudio, o que prejudica bastante a força e função desse ato essencial na defesa do cliente, pois é um momento de prestar importantes esclarecimentos e destacar fundamentos relevantes de forma pontual e assertiva. Por isso, é importante realizar audiências com os julgadores, especialmente com o relator, na véspera do julgamento, para tornar viável esse momento de exposição oral do Direito aplicável ao caso.

> “A limitação da sustentação oral, a dificuldade de conseguir despachar memoriais e conversar em audiência presencial com os julgadores compromete prerrogativas da advocacia e a ampla defesa e contraditório no processo judicial”

Qual a importância de eventos como a Cidade da Advocacia para os profissionais do Direito?

A Cidade da Advocacia é um evento de extrema relevância para todos os profissionais do Direito, pois promove importantes debates e oferece conhecimento e atualização sobre temas importantes e atuais. Além da possibilidade de trocas e encontros com colegas e professores.

De que forma a violação das prerrogativas profissionais pode comprometer o direito de defesa e o devido processo legal?

A limitação da sustentação oral, a dificuldade de conseguir despachar memoriais e conversar em audiência presencial com os julgadores compromete prerrogativas da advocacia e a ampla defesa e contraditório no processo judicial.

O que ainda precisa ser aprimorado no Direito Processual brasileiro para torná-lo mais acessível e eficiente?

É preciso que previsões do Código de Processo Civil, como o sistema de precedentes judiciais, sejam conhecidas e respeitadas por todo sistema para fins de segurança jurídica. Também há grande necessidade de descongestionamento de tribunais, especialmente o STJ, por meio da implementação do filtro recursal da relevância no recurso especial e do auxílio de mecanismos de inteligência artificial para fins de maior eficiência e racionalização da atividade jurisdicional.

Quais ações podem ser adotadas para promover a inclusão da perspectiva feminina no ambiente jurídico?

Hoje já há políticas de igualdade de gênero nas instituições e tribunais, como a reserva para promoções e progressões de carreira, bem como incentivo de participação feminina em eventos e composição de quadros, porém é preciso que essa promoção de igualdade se paute por critérios de meritocracia e que reconheça efetivamente a formação e contribuição feminina, não oferecendo apenas posições secundárias e coadjuvantes para fins formais de cumprimento da política. É preciso, portanto, que a sociedade e a cultura realmente se posicionem no sentido do respeito e valorização da figura feminina.

De que forma a Associação Brasileira 'Elas no Processo' (ABEP) busca contribuir para a transformação do cenário jurídico brasileiro?

A associação busca dar destaque e inserir mulheres com formação e atuação no cenário acadêmico e profissional, por meio da organização de eventos, obras jurídicas e participação em atos de relevância para o sistema, como audiências públicas e atuação como amicus curiae em julgamentos importantes. Atualmente coordeno a comissão de amicus curiae da ABEP e procuro participar ativamente para fins de ampliar a participação feminina qualificada na formação de decisões relevantes para a sociedade.

Com base na sua experiência na Alemanha, quais práticas ou aspectos do sistema de justiça alemão poderiam ser incorporados ao modelo brasileiro?

O respeito às decisões dos tribunais superiores para fins de maior estabilidade do sistema judicial, bem como a formação de uma cultura de respeito e promoção da segurança jurídica.

O estudo que realizei no pós-doutorado na Alemanha consistiu justamente na análise do funcionamento do Tribunal Federal alemão (BGH) e trouxe contribuições para o aprimoramento da atividade do STJ, que precisa ter mais uniformização de jurisprudência e também promover a racionalização da atividade jurisdicional.

Como a doutora avalia a atuação recente do Superior Tribunal de Justiça no contexto jurídico e político atual?

O STJ tem papel relevante na definição da adequada aplicação da legislação federal e uniformização da jurisprudência, promovendo unidade do Direito e segurança jurídica, que são fatores de desenvolvimento econômico e social.

Porém, o tribunal encontra-se com congestionamento histórico de processos e precisa implementar medidas que ofereçam melhores condições para prestação qualificada da importante atividade jurisdicional para o sistema jurídico brasileiro. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

UMA ADPERGS RENOVADA

Nova gestão abraça eficiência institucional e comunicação moderna na ADPERGS

Patrícia Cruz

> Desde a definição de comitês de governança para o monitoramento de metas até a revisão de processos de prestação de contas, cada iniciativa mostrou a obsessão por processos mais ágeis e transparentes, em linha com as melhores práticas de gestão



DIVULGAÇÃO

UMA REPRESENTATIVIDADE CADA VEZ MAIS FORTE

Desde o início de sua gestão, a diretoria eleita em março de 2025 definiu diretrizes estratégicas focadas em aprimorar processos internos e fortalecer a representatividade da Defensoria Pública no Rio Grande do Sul. O novo ciclo administrativo prioriza a consolidação de uma cultura organizacional orientada pela eficiência e pela colaboração intersetorial

Com diretrizes que incluem interlocução com entidades de Estado, capacitação trimestral de defensoras e defensores, implantação de SIGEP e publicações semestrais de indicadores, a diretoria reforça transparência e agilidade na Defensoria Pública.

Desde o início de sua gestão, a diretoria eleita em março de 2025 definiu diretrizes estratégicas focadas em aprimorar processos internos e fortalecer a representatividade da Defensoria Pública no Rio Grande do Sul. O novo ciclo administrativo prioriza a consolidação de uma cultura organizacional orientada pela eficiência e pela colaboração intersetorial. A ênfase está na construção de canais formais de escuta e na implementação de metodologias ágeis para acelerar a tomada de decisões, garantindo que cada iniciativa seja avaliada segundo métricas claras de impacto institucional. O resultado esperado é uma Defensoria mais coesa, capaz de responder às demandas da sociedade com agilidade e transparência, consolidando o valor da carreira de defensor público como elemento central do sistema de justiça.

Nas semanas seguintes à posse, a diretoria investiu em um plano robusto de articulação federativa, estabelecendo um roteiro contínuo de interlocução com outros organismos de Estado e associações de categorias afins. Mais do que uma sequência de encontros protocolares, esse esforço busca criar um ambiente de cooperação permanente, no qual a ADPERGS atue como catalisadora de políticas públicas eficientes. O foco recai sobre o alinhamento de agendas comuns, especialmente em temas como previdência e gestão administrativa, e na troca de boas práticas. Desse modo, a associação se projeta não apenas como representante de seus membros, mas como parceira estratégica no fortalecimento do serviço público estadual.

Nos meses iniciais da gestão, a diretoria da ADPERGS estruturou um programa ambicioso de capacitação contínua para defensoras e defensores públicos, voltado ao aprimoramento de competências gerenciais, comunicacionais e tecnológicas. Esse programa prevê módulos trimestrais com carga horária de até 40 horas cada, abordando desde liderança de equipes até uso avançado de plataformas de gestão de casos. Além disso, serão promovidos workshops práticos de negociação e mediação, reconhecidos pela Escola Superior de Advocacia, com instrutores especializados em metodologias ágeis. A meta é elevar a eficiência interna, preparando os profissionais para lidar com demandas crescentes de forma mais estratégica e menos burocrática, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população.

Em 12 de maio de 2025, os membros da nova diretoria efetuaram visita institucional à Associação do Ministério Público do RS (AMP/RS), reforçando a importância de frentes conjuntas em pautas previdenciárias e no fortalecimento das carreiras públicas. A iniciativa teve continuidade em 20 de junho de 2025, quando a presidente Maína Pech, acompanhada pelos vice-presidentes Juliano Rosa Brack e Jamile Nehmé de Toledo, alinhou pautas estratégicas em encontro com o procurador-geral de Justiça Alexandre Saltz, reafirmando o comprometimento da ADPERGS com a interlocução de alto nível.

O foco na modernização das práticas de comunicação foi debatido em 24 de junho de 2025 durante reunião promovida pela Federação das Associações de Carreiras Típicas de Estado do RS (FACE-RS) na sede da ADPERGS, com apresentação de um projeto-piloto para renovação dos fluxos internos de trabalho e integração das bases estaduais. Na ocasião, Maína Pech destacou: “Além de dividirmos esse fluxo de organização, temos a oportunidade de visitar as sedes de todas as entidades, em um processo de integração”. Ainda no segundo semestre, em 29 de julho de 2025, a FACE-RS voltou a chamar representantes da ADPERGS para um almoço de trabalho que definiu uma campanha conjunta de valorização das carreiras de Estado, evidenciando a capacidade de mobilização e a sintonia de objetivos entre as entidades.

Complementarmente, a diretoria planejou a implantação de um sistema integrado de gestão eletrônica de processos (SIGEP), que inclui automação de tarefas repetitivas e padronização de formulários, reduzindo em até 30% o tempo médio de tramitação interna. O SIGEP será desenvolvido em parceria com a área de Tecnologia da Informação da FACE-RS e contemplará a criação de arquivos digitais criptografados, garantindo segurança jurídica e operacional. Espera-se também a integração com portais judiciais estaduais, permitindo o envio automático de petições e acompanhamento de andamentos em tempo real, o que fortalecerá a transparência e a responsabilização institucional.

Ao longo dos primeiros meses da gestão, a agenda da diretoria foi marcada por uma série de medidas destinadas a promover a eficiência na administração interna e a ampliar a visibilidade da Defensoria Pública no cenário estadual. Desde a definição de comitês de governança para o monitoramento de metas até a revisão de processos de prestação de contas, cada iniciativa mostrou a obsessão por processos mais ágeis e transparentes, em linha com as melhores práticas de gestão. Essa orientação reflete a estratégia de “aproximar para fortalecer”, que permeia todos os elos da atuação da ADPERGS e projeta um futuro em que a carreira do defensor público seja reconhecida não apenas pela relevância social, mas também pela solidez institucional.

Para reforçar a confiança da sociedade na Defensoria Pública, a nova gestão instituiu um cronograma se-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



CAMILA SCHÄFER/ASCOM DPE/RS

DIÁLOGO E RESULTADOS

Maína Pech, presidente da ADPERGS (2025-2027), conduz gestão pautada em diálogo com órgãos de Estado, métricas de desempenho e cultura de eficiência. Desde março de 2025, articula integração entre carreiras e moderniza rotinas, reafirmando a Defensoria como referência em serviço público comprometido com resultados e transparência institucional no RS

mestral de publicação de relatórios de atividades e de indicadores de desempenho, acessíveis no site institucional da ADPERGS. Esses relatórios detalharão número de casos atendidos, perfil socioeconômico dos assistidos e projetos implementados, acompanhados de análises comparativas com anos anteriores. Também será aberto um canal direto de comunicação com a imprensa, coordenado pelo setor de Comunicação, para garantir respostas rápidas a solicitações de dados e entrevistas oficiais, consolidando o papel da ADPERGS como fonte primária e confiável de informações sobre a Defensoria no Rio Grande do Sul.

Visando subsidiar políticas institucionais e agregar valor acadêmico à Defensoria, a diretoria firmou convênios estratégicos com universidades federais e centros de pesquisa do Estado para a criação de núcleos de estudos jurídicos. Esses núcleos produzirão artigos, relatórios e propostas de melhorias normativas, abordando temas como acesso à justiça, eficiência administrativa e desafios previdenciários. Além disso, será lançada a coleção "Estudos da ADPERGS", composta por publicações periódicas que reunirão resultados de pesquisas empíricas e análises comparativas, servindo como referência para formulação de novas políticas públicas e para o aperfeiçoamento de práticas profissionais na carreira.

O biênio 2025-2027, portanto, se anuncia como um período de consolidação de avanços administrativos e federativos, com o fortalecimento das relações institucionais e a valorização de cada segmento da Defensoria Pública. Desde a eleição e posse até o detalhamento de projetos de comunicação e articulação política, a nova diretoria deixa clara a mensagem de que a união das forças associativas e o diálogo aberto com os poderes públicos são os pilares para a promoção de uma carreira mais digna e de uma representação mais eficiente em todas as esferas de governo.



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

RAFAEL MONTEIRO PAGNO

Sócio-fundador do escritório Rafael Pagno Associados

Entrevista e edição: Patrícia Cruz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Mesmo tendo contribuído muitos anos ao INSS, por que algumas pessoas ainda não conseguem se aposentar?

Algumas pessoas não conseguem se aposentar mesmo após muitos anos de contribuição, porque não cumprem requisitos específicos como tempo mínimo de contribuição, idade mínima, carência exigida, ou ainda, porque possuem contribuições intermitentes que não se somam adequadamente. Além disso, mudanças na legislação e falta de comprovação documental podem impedir o reconhecimento do direito. Por isso, a importância de procurar um escritório especializado a fim de garantir êxito imediato.

É possível somar as contribuições feitas como CLT, MEI e servidor público para fins de aposentadoria?

Sim, é possível somar as contribuições feitas como CLT, MEI e servidor público para fins de aposentadoria, mediante o denominado sistema de acumulação ou contagem recíproca, quando há regimes de previdência diferentes. No entanto, é necessário observar as regras específicas de cada regime e realizar o processo de contagem recíproca junto ao INSS ou aos entes federativos responsáveis.

Quais são os erros mais comuns na documentação que levam ao indeferimento de benefícios pelo INSS e como evitá-los?

Os erros mais comuns incluem documentação incompleta, falta de identificação correta, ausência de comprovantes de tempo de contribuição, inconsistências nos dados pessoais, e laudos médicos imprecisos. Para evitá-los, recomenda-se reunir todos os documentos originais, verificar sua validade e coerência, atualizar informações pessoais e consultar um

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

especialista antes da entrega do pedido.

Que critérios legais definem quem tem direito ao BPC/LOAS?

O Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) é destinado a pessoas com deficiência (impedimento a mais de dois anos ao longo do prazo e idosos (a partir dos 65 anos) que comprovem incapacidade para a vida independente e renda mensal per capita familiar inferior a 1/4 do salário-mínimo. A deficiência deve ser comprovada por avaliação médica e social do INSS.

> “Algumas pessoas não conseguem se aposentar mesmo após muitos anos de contribuição, porque não cumprem requisitos específicos como tempo mínimo de contribuição, idade mínima, carência exigida, ou ainda, porque possuem contribuições intermitentes que não se somam adequadamente”



Quais documentos são exigidos para solicitar o BPC/LOAS para crianças com autismo?

Para solicitar o BPC/LOAS para crianças com autismo, são exigidos documentos pessoais da criança e dos responsáveis, laudos médicos que comprovem o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), avaliação social realizada por assistente social do INSS, comprovante de renda familiar e documentos que comprovem a composição do núcleo familiar.

Quais são os principais erros cometidos na elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário que podem comprometer o reconhecimento do tempo de serviço especial pelo INSS?

Erros comuns no PPP incluem informações incompletas ou divergentes sobre as atividades realizadas, ausência ou erro no preenchimento dos agentes nocivos e períodos trabalha-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



dos, falta de assinatura e autenticação do responsável técnico, além de omissões de detalhes essenciais para caracterizar a exposição especial. Tais falhas podem levar ao indeferimento do reconhecimento do tempo especial.

Como a recente decisão do STF impacta a fixação de honorários em causas privadas de alto valor?

A recente decisão do STF estabeleceu limites para a fixação de honorários advocatícios em causas privadas de alto valor, garantindo maior segurança jurídica e evitando arbitrariedades. A decisão reforça a observância dos critérios legais do Código de Processo Civil para fixação proporcionalidade e razoabilidade dos honorários.

Que requisitos e documentos são necessários para que aposentados, pensionistas e militares da reserva tenham direito à isenção do Imposto de Renda devido a doenças graves?



Para aposentados, pensionistas e militares da reserva terem direito à isenção do Imposto de Renda por doenças graves, eles devem apresentar laudo médico oficial comprovando doença constante na legislação específica (como câncer, AIDS, cardiopatia grave etc.), além de documentos pessoais, declaração de rendimentos e comprovantes de recebimento do benefício. A isenção é regulamentada pela legislação da Receita Federal e normas do serviço de saúde correspondente.

Quais tópicos são abordados no seu curso “Direito Previdenciário para Iniciantes” e como ele pode auxiliar advogados que estão iniciando na área?

O curso “Direito Previdenciário para Iniciantes” aborda temas como princípios do RGPS, tipos de benefícios, carência, tempo de contribuição, regras de aposentadoria, benefícios assistenciais, cálculos previdenciários, processos administrativos e judiciais, entre outros. Ele auxilia advogados iniciantes ao proporcionar fundamentos sólidos, análise de casos práticos e atualização legislativa, preparando-os para atuação eficiente na área previdenciária. Ao mesmo tempo, também fazemos em pequenos grupos em nossa sede Mentorias com resolução de problemas práticos, auxiliando nossos alunos em casos concretos. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E INSTITUCIONAL NO **RIO GRANDE DO SUL**.

GRUPO MASPER

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade

MASPER ASSESSORIA

MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

Promove a transformação social através de parcerias com o setor público. O instituto se dedica a projetos de educação e gestão, conectando profissionais qualificados a oportunidades que fortalecem as comunidades.

Descomplica o universo tributário para aprimorar a gestão municipal. Oferece conhecimento especializado e direcionamentos precisos em impostos, garantindo segurança e eficiência para que as cidades possam progredir cada vez mais.

A janela do Rio Grande do Sul para o Brasil. Traz o melhor do estado em notícias, esportes e cultura, com uma programação que valoriza sua gente e inspira infinitas possibilidades.

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

A FORÇA DE MILTON MATTANA NA CONSTRUÇÃO DO GRUPO MASPER

Com trajetória que une gestão fiscal, terceiro setor e comunicação, Milton Mattana consolida o Grupo Masper como referência em soluções públicas, formação técnica e jornalismo comprometido com o desenvolvimento regional

Lucio Vaz



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Milton Antônio Mattana construiu uma trajetória singular ao combinar expertise técnica em tributação municipal com uma visão empreendedora que hoje se materializa em três frentes convergentes – Masper Assessoria, Instituto Masper e Masper TV – capazes de dialogar simultaneamente com prefeituras, sociedade civil organizada e um público cada vez mais amplo na televisão aberta e nas plataformas digitais. Da sede em Porto Alegre, o gestor coordena equipes multidisciplinares dedicadas a gerar conhecimento, ampliar transparência fiscal e oferecer conteúdos jornalísticos de utilidade pública, compondo um ecossistema que se tornou referência regional em inovação e serviços voltados ao desenvolvimento sustentável.

Bacharel em Direito e em Ciências Contábeis, Mattana ingressou no serviço público ainda na década de 1990 e, ao longo de oito anos, chefiou secretarias da Fazenda em Fontoura Xavier, Estação e Ernestina, experiência que lhe permitiu vivenciar os desafios diários da arrecadação local e construir uma rede de relacionamentos hoje composta por municípios gaúchos. O reconhecimento técnico levou-o à presidência do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Fazenda (CONSEF/RS) por cinco anos e à atuação como assessor tributário junto à Famurs, na esfera estadual, funções que reforçaram a autoridade do futuro empresário em matéria de gestão fiscal municipal.

Em 13 de outubro de 2006, a experiência acumulada transformou-se em negócio próprio com a constituição da Masper Assessoria Ltda, consultoria que há quase duas décadas presta serviços de auditoria, revisão de bases tributárias e planejamento econômico a municípios de todos os portes, sempre pautada pela premissa de recuperar receitas sem elevar a carga ao contribuinte. A empresa mantém so-

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



EM FAMÍLIA
Com a filha Débora Mattana (psicóloga e escritora); Suzan Mattana, diretora do Instituto Masper, e o colega no Programa Em Evidência na TV, Cláudio Andrade

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

luções proprietárias de monitoramento de ICMS e ISS, além de relatórios comparativos que auxiliam gestores na tomada de decisões orçamentárias, razão pela qual a clientela atende de pequenas prefeituras rurais a capitais regionais interessadas em ampliar a eficiência financeira.

Entre os resultados mais recentes, a equipe capitaneada por Mattana divulgou orientações técnicas e promoveu capacitações sobre o programa estadual Refaz Reconstrução, criado em 2025 para regularizar débitos de ICMS após as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul. Até 29 de abril de 2025, o programa havia negociado mais de R$ 5 bilhões em débitos e arrecadado mais de R$ 950 milhões; em maio, superou R$ 7 bilhões em dívidas regularizadas, aliviando o caixa de municípios que enfrentavam queda de receita e aumento de despesas emergenciais. A consultoria passou a apoiar municípios e contribuintes com materiais explicativos e treinamentos internos, para garantir conformidade aos prazos e condições do regime.

Para disseminar boas práticas além do atendimento presencial, Mattana lançou o Portal Tributário Masper, atualizado diariamente com notas técnicas, jurisprudência e simulações de impacto financeiro, e desenvolveu uma plataforma de ensino à distância com cursos sobre IPTU, IPM e controle de despesa pública. O ambiente virtual, muitas vezes apresentado como case de transformação digital em congressos, converte o conhecimento gerado pela consultoria em material didático escalável, reduzindo custos de deslocamento e uniformizando a aprendizagem entre municípios de diferentes portes.

A relação próxima com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) consolidou-se em programações técnicas periódicas; em 2025, por exemplo, Mattana foi painelista do Fórum dos Secretários Municipais de Fazenda, debatendo os efeitos da reforma tributária sobre as receitas locais e sugerindo mecanismos de incremento à arrecadação própria sem criar novos impostos. Também participou como palestrante do congresso da ARTAFAM em Carlos Barbosa, onde detalhou medidas de mitigação de perdas de ICMS após a mudança no regime de cobrança do imposto sobre combustíveis.

Impulsionado pelo compromisso social, o empresário fundou em 20 de janeiro de 2008 o Instituto Masper, organização classificada como OSCIP e dedicada à promoção da biodiversidade, educação socioambiental e qualificação de políticas públicas de saúde e saneamento. Com escritórios de apoio em diversos municípios do interior, o Instituto firma termos de colaboração com todas as esferas de governo, viabilizando programas que vão de capacitação de agentes comunitários à recuperação de matas ciliares em bacias hidrográficas críticas.

Projetos de destaque incluem oficinas de educação ambiental aplicadas em escolas de zonas rurais, nas quais equipes multidisciplinares do Instituto orientam professores a integrar conteúdos de biodiversidade ao currículo regular. As iniciativas incluem também campanhas de manejo de resíduos e incentivo à compostagem, com produção de materiais pedagógicos e mobilização comunitária em parceria com órgãos locais.

A presença do Instituto não se restringe ao campo: seminários transmitidos pela Masper TV ampliam o alcance de suas ações, permitindo que agricultores familiares e gestores de microbacias acompanhem boas práticas sem deixar suas propriedades. Essa sinergia demonstra a estratégia de Mattana em fazer de suas marcas – consultoria, terceiro setor e mídia – um tripé complementar, capaz de articular conhecimento técnico, engajamento comunitário e divulgação em massa para acelerar a adoção de políticas públicas bem-sucedidas.

A Masper TV, lançada pontualmente ao meio-dia de 12 de dezembro de 2023, nasceu como uma emissora gaúcha com geração nacional pelo satélite digital aberto Star One D2, ocupando o canal 575. A iniciativa marca o ingresso de Mattana no setor de comunicação eletrônica e responde ao desejo de oferecer conteúdo que some informação factual, estímulo à cidadania e ênfase em soluções de desenvolvimento humano, posicionamento que o próprio fundador batizou de “televisão positiva”.

O sinal está disponível também no canal 520 da Claro TV, além de transmissões simultâneas no YouTube, Soul TV, NXTV e SóPlay, estratégia que assegura cobertura nacional sem depender exclusivamente do espectro hertziano. Dados consolidados pelo departamento de distribuição digital apontam crescimento orgânico consistente, reforçado pela presença ativa de apresentadores e repórteres nas redes sociais, onde trechos curtos de entrevistas geram engajamento e direcionam audiência para a grade linear.

A linha editorial pauta-se por jornalismo de serviço; exemplo emblemático foi a série de reportagens “Quem perdeu a casa não tem tempo para esperar”, veiculada em setembro de 2024, que investigou atrasos no repasse de verbas de reconstrução às famílias atingidas por enchentes no Vale do Taquari. O material cruzou dados de órgãos estaduais com depoimentos de desabrigados e listou contatos de entidades aptas a doar mobiliário e material de construção, reforçando a vocação da emissora para conectar informação pública a soluções práticas no dia a dia dos telespectadores.

Para sustentar essa produção multiplataforma, a Masper TV opera redação integrada na Avenida Carlos Gomes, 651, em Porto Alegre, onde equipes de jornalismo, operações técnicas e marketing compartilham uma única mesa de pauta alimentada em tempo real. No mesmo prédio funcionam estúdios moduláveis equipados com controle IP, que permitem alternar entre transmissão ao vivo e gravações de programas de opinião sem

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



PRESTÍGIO
O presidente do Grupo Masper recebe o vice-presidente da Rede Pampa de Comunicação, Paulo Sérgio Pinto

trocar de cenário, reduzindo custo operacional e ampliando a quantidade de horas geradas internamente.

Em 2025, a emissora abriu nova etapa de digitalização com a adoção integral de workflows em nuvem e a implantação de um CDN próprio para distribuir sinal a operadoras de streaming. Paralelamente, lançou aplicativo para Android e iOS que oferece acesso 24 horas à programação linear, conteúdo sob demanda e à Rádio Masper, serviço de áudio que replica a linha editorial em boletins informativos de cinco minutos ao longo do dia.

Os números de audiência acompanham o avanço tecnológico: o canal no YouTube registra crescimento consistente, com picos relevantes de audiência em transmissões especiais de eventos esportivos e debates sobre reforma tributária, reforçando a percepção de que a combinação entre TV aberta e meios digitais amplia a capilaridade de temas inicialmente restritos a círculos técnicos.

Mattana cultiva presença pessoal ativa no Instagram, onde publica bastidores de gravações, agendas de viagens a municípios e reflexões sobre ética na gestão pública, aproximando-se de prefeitos, servidores e cidadãos em linguagem direta, mas tecnicamente fundamentada. Esse canal funciona como termômetro instantâneo para pautas da Masper TV e como vitrine do trabalho do Instituto Masper, que utiliza a rede para convocar voluntários em ações de reflorestamento e campanhas de vacinação animal.

Para os próximos anos, o empresário projeta ampliar a cobertura da emissora a partir de hubs de produção instalados em regiões-chave do interior, intensificar os cursos EAD da Masper Assessoria em parceria com universidades comunitárias e expandir o alcance do Instituto Masper por meio de convênios de pesquisa em biodiversidade com ICTs nacionais. A premissa é manter a coesão entre as três frentes, garantindo que cada novo projeto reforce ao mesmo tempo a educação fiscal, a conscientização socioambiental e o acesso gratuito à informação de qualidade.

Ao consolidar consultoria tributária, organização social e emissora de televisão sob a mesma filosofia de serviço público, Milton Mattana reafirma a crença de que a prosperidade municipal depende da articulação entre finanças saudáveis, responsabilidade ambiental e comunicação transparente. Esse tripé, sustentado por mais de 25 anos de estrada, posiciona o gestor como uma das vozes mais influentes no debate sobre modernização administrativa e evidencia a contribuição de suas empresas para construir um Rio Grande do Sul mais informado, com equilíbrio fiscal e sustentável. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

AMP/RS É AMPARO

Através de uma campanha bem-sucedida, os mais de mil membros mobilizam fundos, adaptam abrigos e distribuem cobertores, kits escolares e jaquetas para vítimas de enchentes, frio extremo ou vulnerabilidade social

Patrícia Cruz

A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), que congrega mais de mil promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça no Estado, construiu desde 2024 uma malha de assistência contínua a vítimas de desastres climáticos que já se consolidou como referência de ação direta, autônoma e ininterrupta. A força motriz dessa rede é o engajamento espontâneo dos membros da entidade, que transformaram as contribuições financeiras e materiais de colegas e da sociedade em ajuda imediata num cenário duplo de adversidades: a enchente histórica de maio de 2024, considerada a maior catástrofe climática do Rio Grande do Sul, e o inverno excepcionalmente rigoroso de 2025, marcado por 41 dias frio rigoroso, com sucessivas ondas de ar polar castigando populações vulneráveis em Porto Alegre e no interior.

A primeira resposta organizada surgiu em 2 de maio de 2024, quando a AMP/RS retomou a campanha S.O.S Chuvas para arrecadar recursos destinados à compra de mantimentos, telhas, colchões, combustíveis e eletrodomésticos — itens essenciais para centenas de comunidades submersas ou isoladas após o transbordamento recorde do lago Guaíba. No dia 9 de maio de 2024, o Ginásio Poliesportivo da sede campestre foi adaptado às pressas e convertido em abrigo para servidores do Ministério Público que perderam suas casas, funcionando vinte e quatro horas por dia, com equipes rotativas de voluntários da própria associação responsáveis por triagem, acomodação e fornecimento de alimentação quente. “Em meio a este momento crítico, em que o Rio Grande do Sul pede ajuda, estamos presenciando uma enorme corrente de solidariedade”, declarou então o presidente da entidade, João Ricardo Santos Tavares, agradecendo o apoio dos colegas e reafirmando que toda prestação de contas seria pública e transparente.

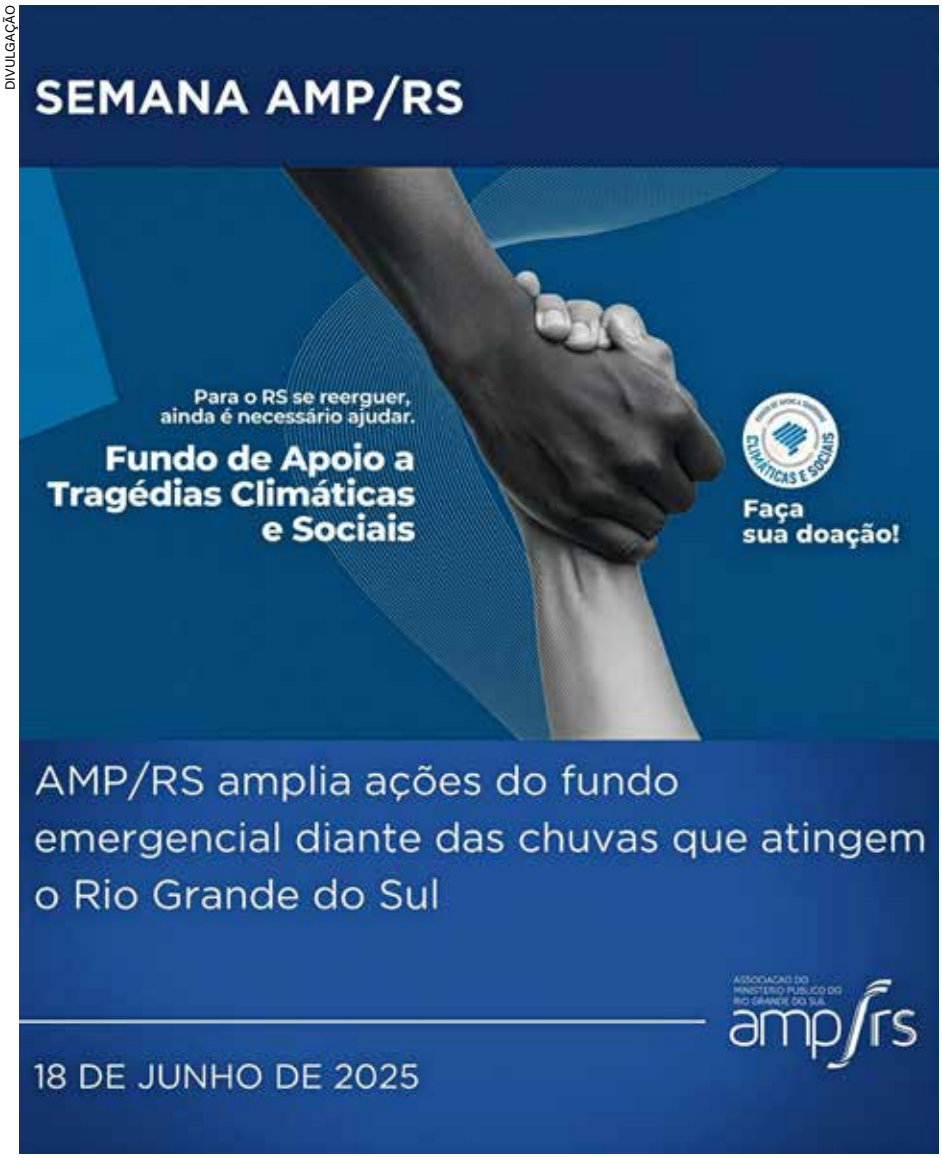
O ginásio adaptado converteu-se num micro-centro humanitário que funcionou sem interrupções durante toda a fase aguda da calamidade: áreas internas foram divididas com divisórias móveis para garantir lote familiar, enquanto a cozinha industrial da sede campestre forneceu abrigo, roupas e alimentação. Servidores do Ministério Público foram acolhidos no espaço. “No ginásio, os servidores acolhidos têm recebido abrigo, roupas e alimentação”, registrou comunicação oficial da AMP/RS, destacando que a estrutura permaneceu aberta enquanto a Defesa Civil mantinha o nível de alerta máximo. A ação contou com voluntários da associação para dar suporte às vítimas.

A robustez operacional obtida durante a primeira onda de enchentes levou a direção da entidade a institucionalizar o mecanismo de financiamento: em 8 de outubro de 2024 foram iniciadas as atividades do Fundo de Apoio a Tragédias Climáticas e Sociais, sucessor permanente da campanha emergencial. O fundo recebeu o saldo integral do S.O.S Chuvas, opera com doações via chave PIX e substituiu a campanha anterior para garantir apoio contínuo. A medida garantiu fôlego orçamentário para sustentar ações que se estenderiam durante todo o ano seguinte, sem dependência de convênios externos nem interrupções sazonais de arrecadação.

O Fundo de Apoio a Tragédias Climáticas e Sociais passou a operar sob coordenação da Diretoria Executiva, com compromisso público de transparência; as doações são recebidas pela chave PIX e QR Code; o saldo da campanha “S.O.S Chuvas” foi transferido para o Fundo, que iniciou as atividades com recursos disponíveis. Graças a uma chave PIX exclusiva divulgada nas redes oficiais da AMP/RS, qualquer integrante — ou cidadão externo — pode realizar doações, conforme orientações publicadas no site institucional. Esse programa mantém divulgação pública das ações: as destinações e entregas vêm sendo comunicadas nos canais oficiais, com deliberação registrada em 26 de junho de 2025, para aquisição de 100 kits de higiene e proteção na Restinga e anúncios de 124 jaquetas (Lomba do Pinheiro) e de 200 cobertores (Arquipélago) em julho e agosto de 2025.

A primeira grande mobilização de 2025 ocorreu logo no início do ano letivo. Em 18 de fevereiro, a AMP/RS entregou 300 kits escolares completos aos estudantes da Escola Estadual Alvarenga Peixoto, na Ilha Grande dos Marinheiros, reduto que ainda se recuperava do alagamento de dois metros de água registrado nove meses antes. Cadernos, mochilas, lápis, estojos e outros materiais básicos

DIVULGAÇÃO



SIM, ELES PODEM
Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), que congrega mais de mil promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça no Estado, construiu desde 2024 uma malha de assistência contínua a vítimas de desastres climáticos que já se consolidou como referência de ação direta, autônoma e ininterrupta. Acima imagem institucional da campanha

foram adquiridos integralmente com recursos do Fundo, e a operação logística envolveu transporte fluvial e terrestre coordenado por servidores voluntários do Ministério Público, evitando intermediários e garantindo que cada aluno recebesse o kit nominalmente.

À medida que as massas de ar polar avançavam sobre o Estado, a entidade voltou-se a proteger famílias expostas ao frio extremo. No dia 7 de julho de 2025, 100 kits de higiene e proteção térmica foram distribuídos no bairro Restinga, na Zona Sul de Porto Alegre. Sacos de dormir, luvas, toucas, meias grossas e itens de cuidado pessoal compuseram o pacote pensado para moradores que ainda viviam em casas parcialmente reconstruídas, muitas sem aquecimento. Toda a compra foi paga pelo Fundo, e a entrega, organizada por promotores lotados no Núcleo Porto Alegre, priorizou pessoas idosas, mães solo e crianças.

Quatro dias depois, em 11 de julho, a atenção se voltou à comunidade indígena Mbyá Guarani Tekoa Anhenteguá, na Lomba do Pinheiro. Ali foram distribuídas 124 jaquetas novas, dimensionadas por idade e necessidade, beneficiando diretamente 80 crianças e 44 adultos. A logística adotou veículos utilitários de pequeno porte para vencer o acesso íngreme até a aldeia e previu a entrega de peças extras para compor um pequeno estoque emergencial mantido na escola local, tudo sob supervisão de promotores que atuam na área de defesa das minorias étnicas.

A sequência de frentes frias intensificou-se e, no sábado 19 de julho, a AMP/RS levou 200 cobertores ao núcleo populacional da Ilha Grande dos Marinheiros, destinando outros 200 já adquiridos para distribuição na vizinha Ilha das Flores nos dias subsequentes. O carregamento chegou por via fluvial até o cais improvisado da comunidade e, de lá, foi conduzido por voluntários do Ministério Público a cada residência mapeada, num percurso porta a porta que evitou filas e exposições prolongadas ao vento gelado sob sensação térmica abaixo de 5 °C.

Além dos números pontuais já descritos, a AMP/RS consolidou um painel de métricas que permite dimensionar o alcance social da Rede de Solidariedade: entre maio de 2024 e julho de 2025 foram convertidos em auxílio direto 300 kits escolares, 400 cobertores, 124 jaquetas e 100 kits de higiene, somados a utensílios domésticos e materiais de reconstrução contabilizados em planilhas internas.

Com base nessa experiência, a AMP/RS instituiu, com a criação do Fundo em 8 de outubro de 2024 e a posse da Diretoria 2024–2026 em 13 de dezembro de 2024, a Rede de Solidariedade como eixo permanente de

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



DIVULGAÇÃO

> “Em escala humana, cada fogão reposto, cada cobertor entregue e cada sala de aula reaberta traduz o compromisso permanente de uma entidade que, mesmo sem vocação assistencial na letra de seu estatuto, incorporou a solidariedade como parte indissociável da defesa da sociedade gaúcha”
>
> ***Fernando Andrade Alves***
> *Presidente da AMP/RS*

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

DIVULGAÇÃO



AMOR AO PRÓXIMO
A força motriz dessa rede é o engajamento espontâneo dos membros da entidade, que transformaram as contribuições financeiras e materiais de colegas e da sociedade em ajuda imediata num cenário duplo de adversidades: a enchente histórica de maio de 2024 e o inverno excepcionalmente rigoroso de 2025. Na imagem, mais um carregamento parte aos necessitados, fruto da mobilização da AMP

atuação social, prevendo captação contínua por PIX e QR Code e deliberações registradas pela Diretoria Executiva para as ações emergenciais, em articulação com os Núcleos regionais da entidade — tudo financiado pelo mesmo fundo, com divulgação pública das iniciativas nos canais oficiais. A governança institucional descrita pela AMP/RS (Diretoria e Conselho de Representantes) orienta as proposições vindas dos Núcleos e sua execução, com parcerias operacionais — como a estabelecida com o Instituto Victória Nahon — que ampliam o alcance territorial, sem prejuízo das finalidades estatutárias. Dessa forma, a AMP/RS avança da resposta emergencial para uma política de proteção contínua, reafirmando seu compromisso de defesa da sociedade também nas fronteiras da assistência humanitária.

Entre maio de 2024 e julho de 2025, a Rede de Solidariedade capitaneada pela AMP/RS demonstra que a articulação de pouco mais de mil membros, quando orientada por autonomia financeira, gestão transparente e presença territorial, consegue responder com eficácia a extremos opostos de um mesmo ciclo climático — da enchente recorde de 2024 às baixas temperaturas históricas de 2025. No período, houve transição de gestão com a posse da Diretoria 2024–2026 em 13 de dezembro de 2024, preservando o foco social da entidade e ampliando sua inserção institucional. “O evento se destacou como um espaço valioso para a troca de experiências (...) e com a construção de uma sociedade mais democrática e justa”, afirmou Fernando Andrade Alves ao representar a AMP/RS no IV Fórum de Boas Práticas do Sistema de Justiça Brasileiro (OEA), em 15 de abril de 2025, evidenciando que a pauta solidária se articula a compromissos mais amplos da instituição. A AMP/RS também registra que atuou na área social com trabalhos de socorro às vítimas das águas de maio de 2024 e com a criação do Fundo de Apoio a Tragédias Climáticas e Sociais, sinalizando continuidade programática. Dessa forma, a AMP/RS reafirma que a mobilização dos seus membros integra um projeto institucional financiado por fundo permanente e com divulgação pública das ações.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



ACERVO PESSOAL

"Ao tratarmos de Direito de Família, devemos priorizar a dignidade humana, bem como a forma de lidarmos com essas crises"

RAFAELA ROJAS BARROS

Advogada especialista em Direito de Família

Entrevista: Momento Jurídico e Vinícius Bungi
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência
Edição: Patrícia Cruz

O podcast Momento Jurídico visa promover discussões e esclarecimentos sobre temas jurídicos atuais. Neste episódio, o apresentador Vinícius Bungi conversa com a advogada especialista em Direito de Família e Sucessões, Rafaela Rojas Barros, sócia do escritório Clóvis Barros Advocacia. A entrevista aborda questões relevantes sobre os direitos da pessoa idosa, destacando aspectos legais e sociais que impactam essa parcela da população. Confira a seguir, os melhores momentos compilados pela Revista Em Evidência

Qual foi a sua trajetória, tanto pessoal quanto profissional, e os principais marcos que a trouxeram até aqui?

Ao refletir sobre minha trajetória no Direito de Família, percebo que não fui eu quem escolheu essa área, foi ela que me escolheu. Desde cedo, vivi esse universo: meu avô foi desembargador no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e meu pai atua há mais de 40 anos no Direito de Famílias e Sucessões. Cresci ouvindo histórias e casos jurídicos nos almoços de família, era algo constante, quase natural. Ainda criança, antes mesmo de pensar em seguir carreira jurídica, eu já frequentava os eventos do IBDFAM, o Instituto Brasileiro de Direito de Família. Foi ali, naquele ambiente de afeto e harmonia, cercada de pessoas que admiro até hoje, que criei meu primeiro vínculo emocional com esse ramo tão sensível do Direito.

Quando decidiu seguir a área jurídica, houve algum momento de dúvida sobre essa escolha?

Eu trabalhei com o Ruy Zoch Rodrigues, um dos mais renomados advogados na área empresarial do Rio Grande do Sul. Antes mesmo de me formar, eu desejava continuar atuando em seu escritório. Ao concluir o curso de Direito, comecei a trabalhar diretamente com essa área, e agora, completo uma década de atuação especializada em Direito de Família. No escritório, passei a demonstrar meu interesse na área: escrevia artigos científicos, colaborava com publicações e logo fui convidada para palestrar, me tornei um rosto presente nos eventos de Direito de Família. Tive muita sorte em contar sempre com orientadores, colegas e profissionais que me abriram portas. Isso foi decisivo para que eu não tivesse mais dúvidas sobre minha trajetória profissional.

Essas pesquisas científicas eram sempre na área do Direito de Família?

Elas eram sempre sobre o Direito de Família. O meu primeiro Trabalho de Conclusão de Curso foi nessa área, quando escrevi sobre mediação. Na especialização, tratei de planejamento sucessório. E, agora, finalizei o meu mestrado na Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) com uma dissertação sobre o tema que vamos abordar: o abandono de pessoas idosas. Vale lembrar que, desde julho de 2022, o termo legalmente correto passou a ser "pessoa idosa", em substituição a "idoso".

Antes de falarmos especificamente sobre o abandono de pessoas idosas, poderia nos explicar até onde se estende o Direito de Família?

Acho que, para falar desse tema, especialmente do Direito de Família, e ainda mais quando estamos tratando do abandono de pessoas idosas, é fundamental lembrar que o foco sempre é no ser humano e na família. Geralmente, quando alguém procura um advogado especialista nessa área, já está em meio a uma crise emocional. As feridas estão abertas, os conflitos já se agravaram. Então, a condução dessas crises é o grande diferencial, porque a maneira como o profissional lida com esses momentos determina destinos e impacta vidas, sejam relações entre pais e filhos ou separações e divórcios. Às vezes, as pessoas ainda tratam o rompimento afetivo como algo trivial. No entanto, ele pode provocar traumas emocionais profundos. Por isso, ao tratarmos de Direito de Família, devemos priorizar a dignidade humana, bem como a forma de lidarmos com essas crises.

"Geralmente, quando alguém procura um advogado especialista nessa área, já está em meio a uma crise emocional. As feridas estão abertas, os conflitos já se agravaram"

Na sua experiência, o quão desafiador é para um advogado de família manter a objetividade e separar essas emoções do seu trabalho técnico?

Essa é uma dificuldade constante, que nunca se extingue. Sempre lidamos com seres humanos ou com famílias,



e cada um traz suas peculiaridades. No Direito de Família, mais do que em qualquer outra área, se aplica com precisão a máxima: "Quem só sabe Direito, nem Direito sabe". A advocacia familiarista exige uma abordagem holística, que integra não apenas o conhecimento jurídico, mas também aspectos da psicologia, psiquiatria e assistência social. Claro que, dependendo da situação, encaminhamos o cliente para orientação ou auxílio psicológico. Portanto, é necessário ter sensibilidade para entrar no mundo do outro.

Quais são os principais fatores que contribuem para o abandono de pessoas idosas e como o direito de família tem respondido a essa situação?

O processo de envelhecimento é uma realidade crescente e inegável. No Brasil, a definição legal de idoso abrange pessoas com 60 anos ou mais. Esse envelhecimento populacional tem levado a um aumento nos

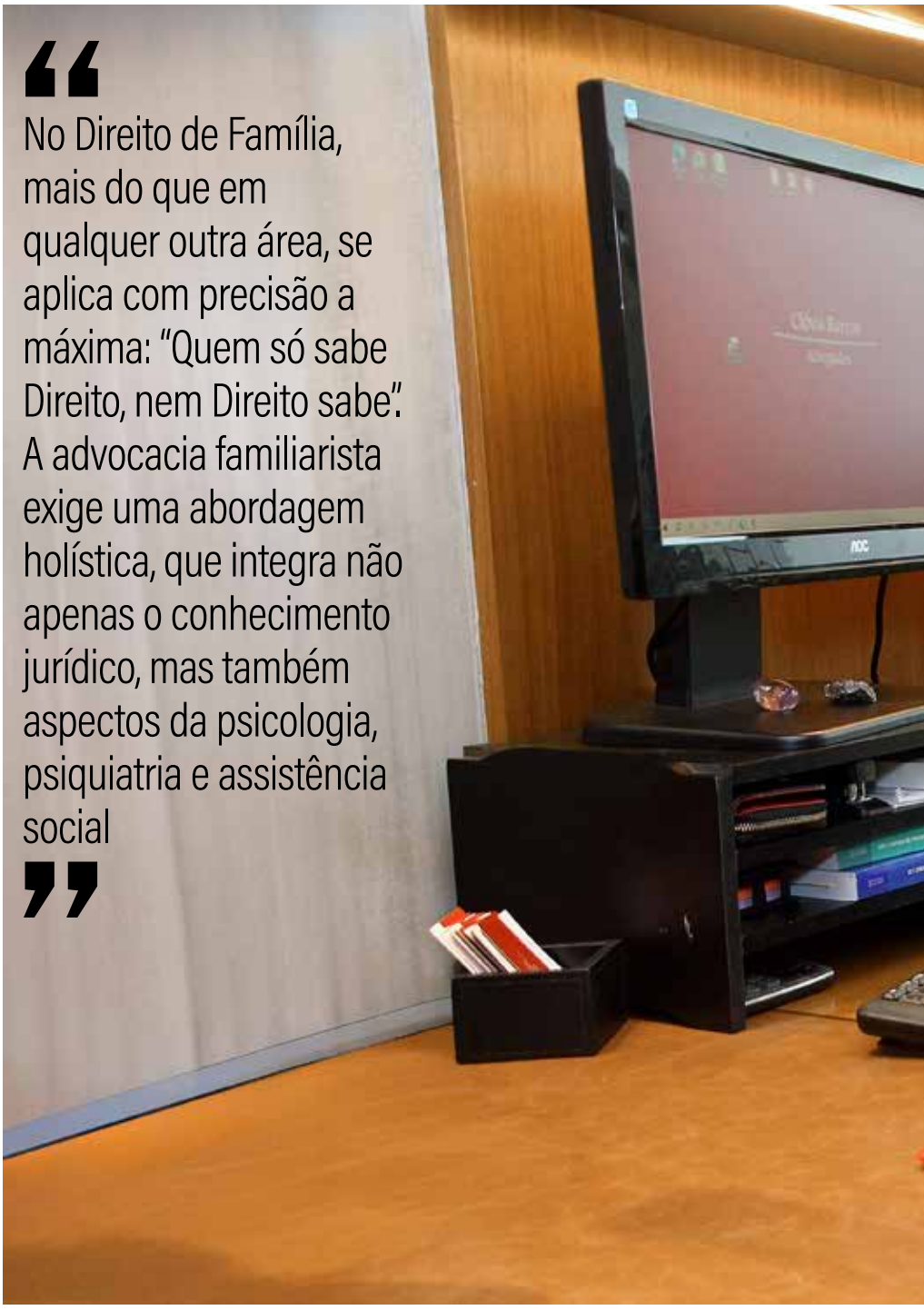
casos de abandono de idosos, especialmente dentro dos próprios lares, o que torna essa realidade invisibilizada. Apesar da existência de legislações abrangentes que visam proteger os direitos das pessoas idosas, ainda não há uma legislação específica que trate do abandono afetivo ou imaterial dos idosos. Consequentemente, não há uma responsabilização proporcional ao agravo causado, deixando os idosos vulneráveis.

A doutora mencionou a geração de injustiça, especialmente no contexto de filhos que abandonam seus pais idosos e, posteriormente, herdam seus bens. Na sua opinião, qual seria uma abordagem mais justa nesses casos?

O abandono afetivo de idosos é uma violação do dever de cuidado estabelecido pela Constituição Federal. O artigo 229 impõe aos filhos o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Já o artigo 230 amplia essa responsabilidade, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando-lhes participação na comunidade, defesa de sua dignidade e bem-estar, e garantindo-lhes o direito à vida. No entanto, a legislação atual não prevê explicitamente a exclusão de herança para filhos que abandonam seus pais idosos. O Código Civil brasileiro permite a deserdação de herdeiros em casos específicos, como tentativa de homicídio ou calúnia, mas não aborda diretamente o abandono afetivo. O afeto passou a ter um valor jurídico. O cuidado é um norteador do ordenamento e está relacionado à ideia de responsabilidade. Então, nós temos que possuir uma conduta ética e responsável.

Como ocorre a exclusão da herança?

Para excluir um herdeiro que cometeu atos reprováveis contra o titular do patrimônio, é essencial que exista a manifestação de vontade clara e valiosa do testador. Ele precisa estar em plenas faculdades para elaborar um testamento válido. Além disso, a deserdação deve se enquadrar nas hipóteses expressamente previstas em lei, e o rol atual é taxativo. Apesar dessa limitação, há tramitação de projetos de lei que propõem a inclusão do abandono afetivo, como causa de deserdação. O abandono afetivo de um idoso, ou seja, uma pessoa no último estágio da vida dela, é desencadeador de quadros depressivos. Então, demonstra justamente a seriedade desse ato, sendo reprovável pelo ordenamento jurídico.



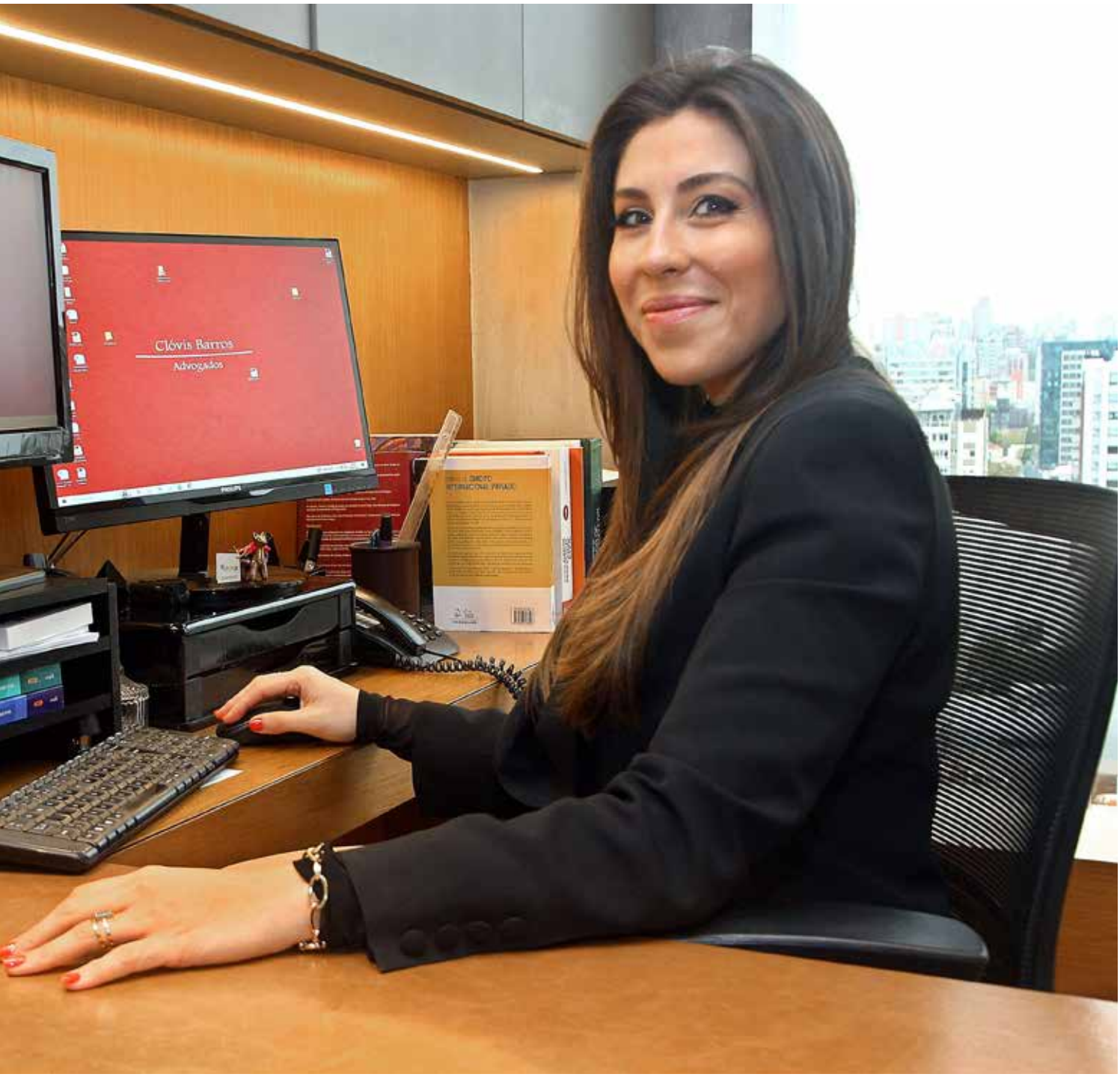
> “No Direito de Família, mais do que em qualquer outra área, se aplica com precisão a máxima: “Quem só sabe Direito, nem Direito sabe”. A advocacia familiarista exige uma abordagem holística, que integra não apenas o conhecimento jurídico, mas também aspectos da psicologia, psiquiatria e assistência social”

Quando um filho usufrui dos bens do pai, mas o deixa em situação emocionalmente vulnerável. A sociedade poderia denunciar esse comportamento?

Nós temos uma legislação abrangente de proteção à pessoa idosa, como o

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



Estatuto da Pessoa Idosa, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional do Idoso e a própria Constituição Federal. Se verificada uma situação de abandono, o Estatuto da Pessoa Idosa prevê uma penalização de detenção e multa. Se presenciarmos, seja na porta do vizinho, até dentro da própria família, nós temos que denunciar essa situação.

Os casos de abandono de pessoas idosas tendem a aumentar naturalmente com o envelhecimento populacional. Como o poder público deve agir para enfrentar esse cenário e evitar um possível colapso?

Embora a legislação atual estabeleça hipóteses específicas para a deserdação, há um movimento crescente na doutrina e na jurisprudência que busca ampliar essas possibilidades, incluindo o abandono afetivo de idosos. No entanto, mesmo diante da ausência de uma legislação específica, o Judiciário pode recorrer ao bom senso e a outras fontes do Direito, para solucionar essas situações que chegam nos tribunais.

CONHECER O PERFIL COMPORTAMENTAL É UMA FERRAMENTA DE LIDERANÇA



ANDRÉIA FIORAVANTE
Advogada, Palestrante, Mentora de Mulheres
Criadora do Movimento Despertando Mulheres

No cenário político e institucional, onde decisões rápidas, conflitos de interesse e pressão por resultados são rotinas diárias, um fator ainda é subestimado — o autoconhecimento comportamental. Em especial no setor público, onde as nomeações frequentemente seguem critérios políticos ou acordos de confiança, o conhecimento do perfil comportamental pode ser a chave para evitar desgastes, montar equipes estratégicas e liderar com equilíbrio.

Afinal, o que sustenta um mandato ou uma gestão não é só a capacidade técnica, mas a inteligência emocional da equipe, a harmonia interna e a clareza nos papéis e comunicações. É por isso que líderes e gestores públicos que conhecem seu perfil comportamental — e o de suas equipes — saem na frente em resultados, gestão de crise e reputação.

Utilizando a metodologia CIS Assessment, com base na teoria DISC, analisamos o comportamento a partir de quatro estilos: Influente, Dominante, Estável e Conforme. Cada perfil tem forças e desafios distintos — e, mais importante, formas diferentes de agir, pensar, decidir, se comunicar e reagir sob pressão.

Imagine um líder de estilo Dominante tentando trabalhar com uma equipe formada por perfis Conformes e Estáveis. Se ele não souber disso, poderá enxergar lentidão onde há prudência. Do outro lado, o Conforme pode interpretar o Dominante como impaciente ou autoritário, quando na verdade ele é movido à ação.

Sem esse entendimento, surgem conflitos silenciosos, ruídos de comunicação, retrabalho e, o pior: equipes desmotivadas.

É uma realidade: na gestão pública, muitas vezes o preenchimento de cargos ocorre por critérios políticos, partidários ou de lealdade — não necessariamente por competências técnicas ou comportamentais. Isso é parte da estrutura, mas não precisa ser um problema.

O que transforma essa realidade é conhecer o perfil de quem está ao seu lado. Um gestor que aplica um mapeamento comportamental ao montar sua equipe consegue: alocar a pessoa certa no lugar certo, equilibrar perfis para formar um time mais harmônico, antecipar conflitos e mediar tensões com mais sabedoria, reduzir desgastes, afastamentos e trocas de função, aumentar a produtividade e fortalecer a cultura da liderança.

Ao aplicar a Análise de Perfil Comportamental com vereadores, assessoras parlamentares, secretárias de gabinete e até prefeitas e prefeitos e lideranças do Executivo, percebo um padrão: quando o líder se conhece, ele lidera com mais leveza, propósito e firmeza. Quando ele compreende a linguagem comportamental da equipe, há menos desgaste, mais entrega e mais conexão.

Hoje, o verdadeiro diferencial da liderança pública não é o grito, o controle ou a fama, mas sim a capacidade de inspirar, unir e construir. E tudo isso começa por dentro.

A ausência de clareza comportamental em cargos estratégicos não gera apenas ruídos — gera custos. Equipes desalinhadas demandam mais retrabalho, maior rotatividade, aumento de afastamentos por questões emocionais e, muitas vezes, desorganização interna que trava projetos essenciais para a população. Em um contexto onde a eficiência pública é cada vez mais exigida, errar na gestão de pessoas custa caro para o erário — e para a imagem de quem lidera. Conhecer perfis não é vaidade de liderança moderna, é decisão inteligente e compromisso com a boa governança.

Tenho mentorado líderes, empresárias e profissionais de áreas estratégicas para desenvolver autoconhecimento, clareza de propósito e inteligência emocional. O perfil comportamental é uma das ferramentas centrais do nosso trabalho, porque acreditamos que é impossível liderar o outro sem primeiro liderar a si mesma.

Se queremos ambientes públicos mais produtivos, humanos e com propósito, precisamos investir menos em regras e mais em consciência. A Análise de Perfil é um instrumento poderoso para isso — e gestores inteligentes já perceberam: o futuro da liderança é comportamental. Porque liderar com sabedoria é alinhar estratégia com humanidade — e tudo começa pelo autoconhecimento.

Contato para Palestras:
(51) 99966-8310
@andreia.fioravante

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



EM EVIDÊNCIA NA TV

DALVA BAVARESCO

Apresentadora do programa Momento Jurídico

Entrevista: Patrícia Cruz e Cláudio Andrade
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

O Programa Em Evidência na TV (domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 17h30 às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube) recebeu a jornalista Dalva Bavaresco, reconhecida como rosto e voz do prestigiado Momento Jurídico, que integra a programação da Masper TV e está disponível no YouTube. A atração destaca-se por oferecer uma visão clara e direta sobre a área do Direito. Confira a seguir, os trechos selecionados desta entrevista que revelam detalhes exclusivos por trás das câmeras do Momento Jurídico

De onde surgiu a ideia de criar o programa e como foi definido o público-alvo?

O Momento Jurídico foi idealizado por Rogério Noschang, que atua como diretor desde sua criação, completando 17 anos de trajetória. A ideia surgiu da percepção de uma lacuna na mídia: a ausência de programas que abordassem temas jurídicos relevantes, como eventos e debates atuais da área. Antes de fundar o programa, Noschang já possuía vasta experiência em vendas e iniciou uma parceria com o jornalista Silvio Lopes, responsável pelo programa Contraponto. Essa colaboração aproximou-o do universo da comunicação. O projeto contou com o apoio fundamental de Claudio Lamachia, ex-presidente da OAB/RS e da Nacional também. O público-alvo do programa é composto por profissionais do Direito, incluindo advogados, magistrados, acadêmicos e estudantes da área. No entanto, os temas abordados têm relevância para toda a sociedade, tornando o programa acessível e de interesse geral.

O Momento Jurídico também foi apresentado pela jornalista Rejane Noschang. O que mudou desde aquela época?

Rejane Noschang, irmã do idealizador e diretor do programa, Rogério Noschang, foi uma das apresentadoras iniciais do Momento Jurídico. Ela esteve à frente da atração por muitos anos, até que, por motivos pessoais, decidiu deixar a apresentação. Há três anos, assumi a apresentação do programa, mantendo o foco na cobertura dos principais eventos jurídicos e debates relevantes para o público da área.

Qual a frequência das gravações, a dinâmica das coberturas de eventos e a utilização do estúdio?

A produção do Momento Jurídico não segue uma frequência fixa; ela varia conforme a agenda dos eventos. Em algumas semanas, realizamos até três gravações; em outras, nenhuma. No entanto, buscamos sempre apresentar conteúdo inédito semanalmente. O programa vai ao ar pela Masper TV, nas sextas-feiras, às 20h, com reprise no sábado, às 22h, além de outras exibições conforme a grade da emissora. Também disponibilizamos o conteúdo completo no YouTube, no perfil @momentojuridico1329, com registros das principais coberturas. A produção é coordenada por Rogério Noschang, que acompanha os principais eventos jurídicos e estabelece parcerias com apoiadores que viabilizam o programa. Recentemente, cobrimos eventos como a reunião do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS), sobre os 10 anos do novo Código de Processo Civil (CPC), e a Cidade da Advocacia 2025, que foi realizada pela OAB/RS.

Como é vivenciar essa segmentação do jornalismo no universo jurídico?

É muito interessante. Eu sou repórter e apresentadora da TVE/RS, apresento o Redação TVE, uma revista eletrônica diária de jornalismo, de segunda a sexta às 18h45, ao vivo. Também atuo como repórter em pautas que vão de política e economia a cultura, já apresentei o Estação Cultura e conversei com músicos, artistas, governadores, deputados, economistas e profissionais da área jurídica. Isso me acostumou a pesquisar com profundidade para sempre estar preparada. Para mim, essa vivência foi natural. Tenho um interesse especial por esse universo, na época de escolher a faculdade, considerei Direito, Jornalismo e Relações Internacionais. Depois fiz uma especialização em Relações Internacionais na UFRGS. Essa área me encanta porque integra política, economia, direito e diplomacia. Eu procuro sempre realizar um trabalho bem feito, estando minimamente preparada para qualquer pauta.

Como foi acompanhar a transição da TV tradicional para o ambiente digital, especialmente considerando que começaste tua carreira em um contexto mais analógico?

Embora eu tenha começado minha carreira em um contexto mais analógico, minha origem é ainda mais tradicional. Cresci em Guabiju, na Serra Gaúcha, uma cidade onde a internet chegou mais tarde. Meus pais são agricultores, e só aos 16 anos, ao vir para Porto Alegre para iniciar a faculdade, tive meu primeiro contato diário com a tecnologia. Foi na universidade que aprendi a usar o computador e o Word. Com o tempo, a tecnologia transformou a forma de trabalhar. Como jornalista, precisei me adaptar rapidamente às novas plataformas. Hoje, é essencial estar presente nas redes sociais, como Instagram e YouTube, para ampliar o alcance do conteúdo. Além disso, o programa Momento Jurídico também se adaptou às tendên-

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



> “O Momento Jurídico foi idealizado por Rogério Noschang, que atua como diretor desde sua criação, completando 17 anos de trajetória. A ideia surgiu da percepção de uma lacuna na mídia: a ausência de programas que abordassem temas jurídicos relevantes, como eventos e debates atuais da área”

Assista:

cias atuais. Criamos um podcast para oferecer entrevistas mais aprofundadas com profissionais da área jurídica, abordando temas específicos como direito tributário e sucessões. Essa diversificação permite que exploremos assuntos com mais profundidade, algo que nem sempre é possível nos eventos. Com isso, nós diversificamos as alternativas e as possibilidades da veiculação de conteúdo.

O uso do "juridiquês" é um desafio comum na cobertura jornalística do universo jurídico. Como torná-la mais acessível ao público?

Como jornalista, vejo como essencial traduzir a linguagem jurídica para torná-la acessível ao público geral. Recentemente, participei de um evento voltado para profissionais do Direito, onde destaquei a importância de se comunicar de forma clara, especialmente com veículos de comunicação de massa. Quando o público é composto por advogados, o uso de termos técnicos é adequado. No entanto, ao nos dirigirmos à população em geral, é fundamental explicar termos como "habeas corpus", que, embora comuns no meio jurídico, podem ser desconhecidos para muitos. Durante as entrevistas, procuro sempre utilizar exemplos práticos para ilustrar conceitos, facilitando a compreensão do impacto real desses temas na vida das pessoas.

O programa Momento Jurídico recebe convidados apenas do Judiciário?

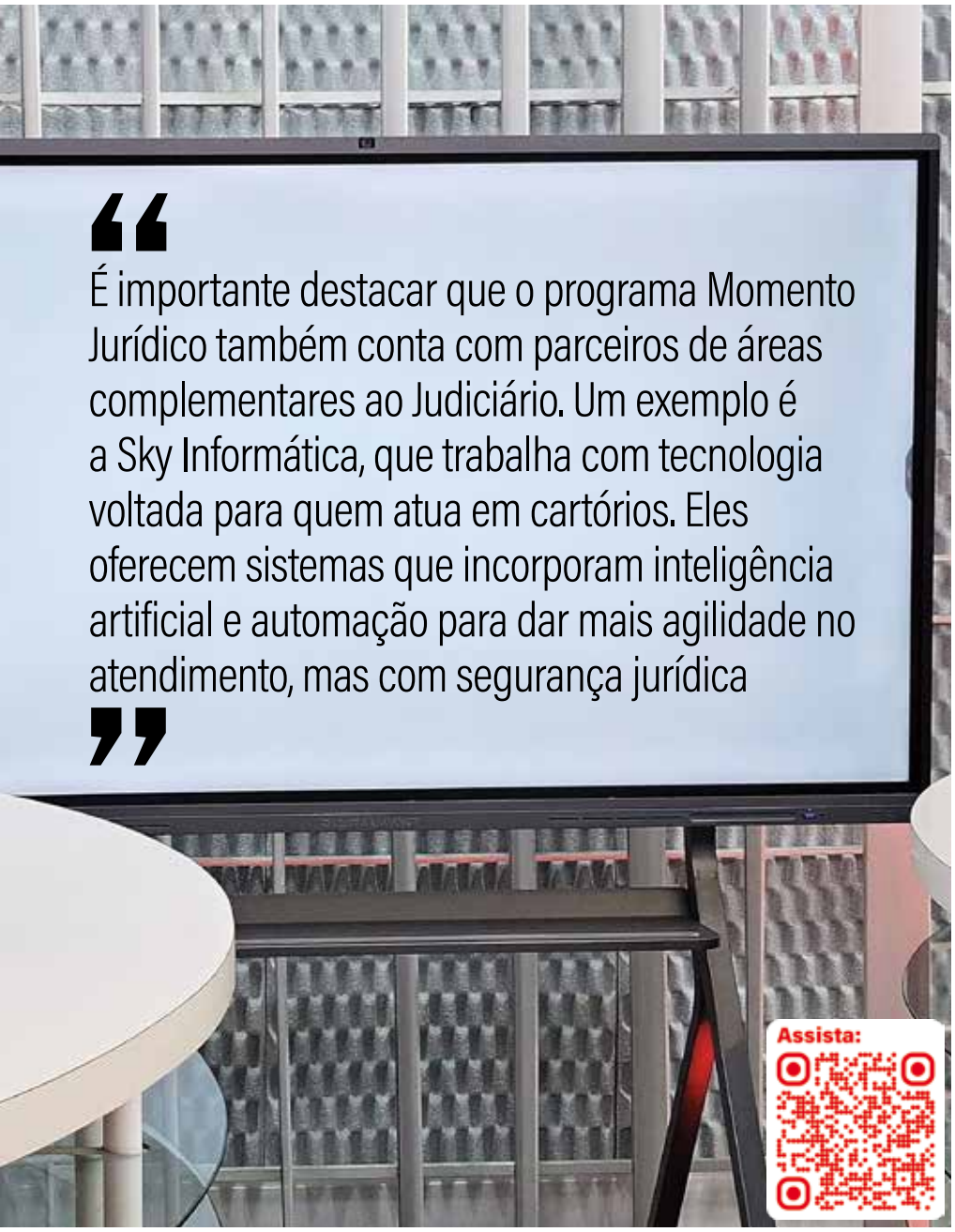
Não necessariamente. É importante destacar que o programa Momento Jurídico também conta com parceiros de áreas complementares ao Judiciário. Um exemplo é a Sky Informática, que trabalha com tecnologia voltada para quem atua em cartórios. Eles oferecem sistemas que incorporam inteligência artificial e automação para dar mais agilidade no atendimento, mas com segurança jurídica.



Ano passado, Porto Alegre enfrentou enchentes históricas que afetaram diversas instituições, incluindo o Judiciário. Como foi atravessar aquela fase?

A água chegou a atingir o prédio da OAB/RS, assim como diversos outros edifícios centrais da cidade. Foi um período extremamente desafiador. No entanto, as principais entidades ligadas ao Direito demonstraram uma mobilização exemplar. Além de cuidarem de suas próprias estruturas, iniciaram campanhas de arrecadação de donativos. A OAB/RS, por exemplo, atuou temporariamente na Faculdade de Direito da UFRGS, enquanto seu prédio permanecia alagado. Fomos até lá para acompanhar o trabalho de recebimento e encaminhamento dos donativos. É importante destacar que, embora as sedes das entidades tenham sido afetadas, o maior problema foi para aqueles que perderam tudo, casas, bens e, infelizmente, até familiares. Além disso, a OAB/RS questiona judicialmente se a dívida do Rio Grande do Sul foi realmente quitada, reforçando os argumentos do governo estadual

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> É importante destacar que o programa Momento Jurídico também conta com parceiros de áreas complementares ao Judiciário. Um exemplo é a Sky Informática, que trabalha com tecnologia voltada para quem atua em cartórios. Eles oferecem sistemas que incorporam inteligência artificial e automação para dar mais agilidade no atendimento, mas com segurança jurídica

de que, com os juros e pagamentos já realizados, o débito teria sido saldado. Trata-se de uma questão tributária complexa, ainda em análise na Justiça. Essa ação poderia beneficiar significativamente o estado, especialmente considerando a necessidade urgente de investimentos na recuperação da infraestrutura devastada. Embora tenha sido conquistada uma suspensão no pagamento da dívida, trata-se apenas de um adiamento, o que não resolve a situação a longo prazo. Sabemos que a reconstrução de obras públicas demoram muito.

O programa tem pautas mais recorrentes, como a atuação do STF. Como vocês definem os temas centrais do Momento Jurídico?

O Supremo Tribunal Federal aparece no programa, mas não é um tema central, isso costuma gerar muitos debates políticos. Recentemente, falamos de uma questão importante da OAB/RS, que defende a sustentação oral, diante do uso de vídeo gravado nos julgamentos, porque muitas vezes ele não é visualizado no âmbito judicial e pode comprometer a efetividade do processo. Abordamos também temas que impactam o público geral, como o golpe do "falso advogado". Essa fraude tem se multiplicado, envolvendo estelionatários que se passam por advogados, para solicitar pagamentos via PIX, alegando liberação de valores. Então, se for pedido um pagamento adiantado, desconfie.

O que mais podemos destacar do Momento Jurídico?

Durante a pandemia, com os eventos presenciais suspensos, intensificamos as lives para manter o programa ativo, foi ali que o digital ganhou ainda mais força. Foi uma fase de transição significativa. Hoje, estamos em um processo de renovação do Momento Jurídico: estreou uma nova vinheta, e estamos desenvolvendo quadros para destacar trajetórias e trabalhos de profissionais do Direito. Essas ideias visam trazer visibilidade a quem atua na área, um verdadeiro cartão de visitas que pode ser compartilhado com clientes, para mostrar o domínio sobre o tema.

Para finalizar, o que podemos destacar da Cidade da Advocacia 2025?

A Cidade da Advocacia é o maior evento jurídico gratuito do Sul do Brasil, e um dos mais importantes do país. É promovido pela OAB/RS e pela Caixa de Assistência dos Advogados (CAARS). Neste ano, tivemos a sua quarta edição, que aconteceu de 5 a 9 de agosto no Cais Embarcadero. A edição do ano passado foi emblemática. Apesar das enchentes que alagaram o Cais, o evento aconteceu, simbolizando a resiliência e a retomada do espaço. A programação de 2025 foi extensa, teve mais de 100 palestras, com foco na capacitação profissional e no networking. Num contexto de trabalho cada vez mais digital e solitário, esse evento ofereceu um encontro presencial muito importante. Desde o início, nós participamos e é muito legal encontrar pessoas de todas as áreas no evento.

A OAB COMO PILAR DA DEMOCRACIA E DA LEGALIDADE INSTITUCIONAL

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



MÁRCIO IRION
Advogado Sócio-fundador do Escritório Irion Advogados, Presidente do Grupo Irion

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

A Ordem dos Advogados do Brasil em especial a OAB Nacional, desde sua fundação em 1930, tem sido muito mais do que uma entidade de classe. Por sua vocação constitucional e histórica, a instituição ocupa lugar de destaque como pilar do Estado Democrático de Direito. A ela cabe a missão indeclinável de atuar como instrumento de defesa da legalidade, da segurança jurídica e da harmonia entre os Poderes da República, posicionando-se como a voz ativa da advocacia na preservação das liberdades públicas, dos direitos fundamentais e do devido processo legal.

Ao longo da história republicana, a OAB protagonizou momentos decisivos para a democracia brasileira. Durante os anos sombrios da ditadura militar, foi uma das raras instituições que enfrentaram o arbítrio do Estado, denunciando torturas, desaparecimentos e abusos de autoridade. Sob a liderança do presidente Raymundo Faoro, a Ordem foi essencial na luta pela redemocratização, elevando-se como guardiã da sociedade civil quando tantas outras vozes foram silenciadas.

A atuação da entidade também foi decisiva na campanha pela anistia e nos debates que resultaram na Constituição Federal de 1988. Em 1992, com Marcello Lavenère na presidência, a OAB subscreveu o pedido de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, reafirmando seu papel institucional como defensora da moralidade pública e da responsabilidade democrática. No Rio Grande do Sul, o advogado e professor de Direito, Sérgio Augusto Pereira de Borja, foi o primeiro advogado a apresentar o pedido de impeachment do presidente Color de Mello, em 1992.

Na esfera judicial, a OAB não se furtou ao protagonismo. Um exemplo marcante foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153, em que a Ordem questionou a interpretação da Lei da Anistia, sustentando que crimes como a tortura não podem ser anistiados, pois violam princípios fundamentais da Constituição e do direito internacional dos direitos humanos, proposta que foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal. Infelizmente é inegável que os presos ou a grande maioria dos presos "políticos" do dia 8 de janeiro, foram submetidos a um processo de cerceamento dos direitos constitucionais, que inevitavelmente os tem submetido a uma série de violações dos direitos humanos.

Após o pioneirismo do professor Sérgio Borja, os advogados brasileiros elegeram um gaúcho para presidir a OAB nacional, estando a frente da gestão o Claudio Lamachia (2016–2019), em um momento marcado por forte instabilidade institucional e crescente polarização ideológica, a OAB reafirmou sua autonomia e sua função republicana. Foi da OAB o pedido de impeachment do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, por quebra de decoro parlamentar. Também foi a OAB que, sob a liderança de Lamachia, protocolou ações no STF contra medidas que ameaçavam os direitos fundamentais e a segurança jurídica, como o decreto que flexibilizava o porte de armas. Mesmo diante da forte pressão popular pelo combate à corrupção, a OAB manteve sua posição de equilíbrio, garantindo que o processo penal fosse conduzido com respeito às garantias constitucionais.

Em tempos em que a natureza humana, muitas vezes corrompida por paixões ideológicas ou projetos de poder, ameaça os alicerces institucionais da república, é necessário reafirmar que a OAB não pode — e não deve — calar-se, mesmo diante dos desvios de um Ministro da Suprema Corte, muitas vezes corroborado pelo colegiado. O Direito não pode ser deformado ao sabor das conveniências políticas, pessoais ou ideológicas. A Ordem dos Advogados do Brasil, precisa ser o guardião institucional, atuando na busca constante da harmonia entre os poderes e do equilíbrio entre os poderes, deve ser a voz firme da legalidade, do Estado Democrático de Direito e da segurança jurisdicional.

Nesse cenário, caso o Congresso Nacional venha a pautar — com motivações políticas — um pedido de impeachment contra um ministro do Supremo Tribunal Federal, como Alexandre de Moraes, caberá à OAB posicionar-se com responsabilidade histórica e com firmeza jurídica. Se ausentes os fundamentos legais e evidenciado o risco de rompimento da harmonia entre os Poderes, a Ordem tem o dever de se manifestar em defesa da independência do Judiciário e da integridade do sistema de freios e contrapesos, que são garantias essenciais à democracia, cabe a instituição avocar para si a responsabilidade de apaziguar o país contribuindo com a proteção inalienável dos direitos fundamentais, constitucionalmente assegurados pela Constituição de 1988.

> "Mais do que nunca, o Brasil precisa de uma OAB atuante e altiva, que representa a voz e o sentimento uníssono da advocacia na defesa intransigente. Sem segurança jurídica, não há Estado de Direito"

Mais do que nunca, o Brasil precisa de uma OAB atuante e altiva, que representa a voz e o sentimento uníssono da advocacia na defesa intransigente. Sem segurança jurídica, não há Estado de Direito. Sem respeito às instituições, não há democracia. A história tem mostrado que, sempre que a OAB falou alto em nome do Direito, a democracia saiu fortalecida. Que assim continue sendo.

ESCRITÓRIO KOCH ADVOGADOS ASSOCIADOS NA CIDADE DA ADVOCACIA

Gabriela Nunes



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

Na imagem, Mariana Porto Koch, realiza o lançamento do seu livro, "O IBS e o CBS na Constituição". Ainda na foto, da esquerda, o diretor do Programa Momento Jurídico, Rogério Noschang; Rafael Wagner; e Laury Ernesto Koch, CEO do escritório Koch Advogados Associados

PROCURADORES COMEMORAM 100 ANOS DA PGM E 39 ANOS DA APMPA

Evento reuniu diversas lideranças da política e do Judiciário

Brenda Andrade (estagiária de Jornalismo)
Edição: João Flores da Cunha



A Procuradoria-Geral do Município (PGM) e a Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA) compareceram na sessão ordinária do dia 11 de agosto, da Câmara Municipal de Porto Alegre. O motivo foi a celebração dos 100 anos da PGM e dos 39 anos da APMPA.

O procurador-geral do município, Johnny Prado, discursou em nome da PGM: "São 100 anos de trajetória jurídica institucional. É um século de compromisso com a legalidade, com a moralidade com o setor público e com a defesa dos interesses do município e da sociedade porto-alegrense". Fundada em 1925, a PGM passou por diversas transformações sociais, atravessando diferentes constituições, regimes, reformas, crises e calamidades, e "sempre foi fiel à missão constitucional de garantir a segurança jurídica para a administração pública e zelar pelo interesse coletivo", ressaltou o procurador.

Prado citou o ex-intendente, Otávio Rocha, que dá nome ao Plenário da Câmara: "Ao longo desse século, a PGM não caminhou sozinha e o fortalecimento de qualquer instituição passa, inevitavelmente, pelo diálogo e cooperação com os demais poderes. Essa Casa, é justo reconhecer, em momentos decisivos da nossa história sempre concedeu o respeito e o reconhecimento que a Procuradoria merece ter", disse. Também agradeceu cada procurador e procuradora e aos servidores que compõem a instituição.

Alexandre Dionello, presidente da Associação dos Procuradores do Município, discursou em celebração aos 39 anos da entidade. Ele ressaltou que a homenagem presta tributo às ideias de justiça e de legalidade e ao trabalho diário dos procuradores municipais, "que garantem que a lei seja mais do que uma palavra no papel, que ela se transforme em entregas à cidade e seja realidade para, de fato, melhorar

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

UNIDOS E IMBATÍVEIS **Procuradores públicos são agentes da maior importância à vitalidade da gestão pública. Na foto, diversos membros das entidades junto a vereadores da capital gaúcha**

a vida das pessoas". Ele também renovou o compromisso dos procuradores com o município: "Que esta data não seja apenas de comemoração mas de renovação do nosso compromisso com a ética, com a excelência técnica e com a defesa intransigente do interesse público. Sigamos vigilantes, atentos e atuantes, porque a cidade conta conosco e precisa de nós". Ainda acrescentou: "Continuaremos firmes com a serenidade de quem conhece o seu dever e com a determinação de quem sabe que na defesa do direito e da justiça não há espaço para hesitação".

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO

O prefácio é assinado pela senadora e ex-Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, reforçando a relevância da publicação. Na foto, a produtora rural gaúcha Mara Lauxen, uma das autoras da obra

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

LIVRO "ELAS LIDERAM O AGRO" SERÁ LANÇADO NA CASA DA FAMURS NA EXPOINTER

A produtora rural gaúcha Mara Lauxen, uma das autoras da obra, fará a apresentação de seu capítulo no evento das Mulheres Municipalistas

Tatiana Roesler
Foto: Bianca Pezzin

A Casa da Famurs, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS), será palco do lançamento do livro Elas Lideram o Agro, uma obra que homenageia mulheres que transformam o campo com sua força, resiliência e visão de futuro. O evento integra a programação do Movimento das Mulheres Municipalistas, na Expointer 2025, e acontece no dia 3 de setembro, às 16h. Na ocasião, a produtora rural Mara Lauxen, única autora gaúcha do livro, fará a apresentação do capítulo "De Herdeira a Sucessora" de sua autoria, seguida pela sessão de autógrafos.

Em sua participação, Mara divide uma jornada marcada pela coragem de assumir responsabilidades e transformar desafios em oportunidades. "Tudo começou com uma escolha que mudou o rumo da minha vida, pensando muito no futuro dos meus quatro filhos", relembra a produtora rural, que é uma das herdeiras de Nelson Lauxen, fundador da empresa Vence Tudo, com sede na cidade de Ibirubá (RS).

Sua história inicia no campo, passa pelos obstáculos da sucessão familiar e chega ao momento em que, de herdeira, ela se torna sucessora, assumindo com dedicação o legado da família. "Aprendi o valor da força que herdei e do poder de liderança que conquistei. Cada passo dessa caminhada abriu portas que eu nunca imaginei — inclusive a de escrever um capítulo ao lado de mulheres incríveis que, assim como eu, estão transformando o agro."



MAIS DO QUE UMA COLETÂNEA DE HISTÓRIAS
Elas Lideram o Agro é um movimento que evidencia o protagonismo feminino no setor. Cada capítulo apresenta uma narrativa singular, mas todas compartilham um propósito em comum: fortalecer o agro com inovação, coragem e um olhar voltado para a família

Mais do que uma coletânea de histórias, Elas Lideram o Agro é um movimento que evidencia o protagonismo feminino no setor. Cada capítulo apresenta uma narrativa singular, mas todas compartilham um propósito em comum: fortalecer o agro com inovação, coragem e um olhar voltado para a família.

O prefácio é assinado pela senadora e ex-Ministra da Agricultura Tereza Cristina, reforçando a relevância da publicação. A obra foi idealizada por Carla Aquini e conta com depoimentos de dez produtoras rurais de seis estados brasileiros e foi lançada em maio, no Mato Grosso do Sul. ■

AMATRA IV COMEMORA 60 ANOS EM NOITE DE HOMENAGENS

Evento agraciou aqueles que escreveram a história da Associação

Texto: Rejane Costa/ComEffective
Foto: Érika Ferraz/ComEffective

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV) comemorou os seus 60 anos de existência reunindo, na noite de sábado, dia 5 de julho de 2025, diretoria, associados, ex-presidentes, seus familiares, além de presidentes e representantes de associações e entidades de classe, e demais autoridades do TRT da 4ª Região, Anamatra, Ministério Público do Trabalho e da OAB-RS. O evento ocorreu na Sociedade Libanesa, em Porto Alegre (RS).



RECONHECIMENTO
Evento em Porto Alegre reuniu diretoria, ex-presidentes, associados e autoridades de demais entidades de classe e instituições

A cerimônia que abriu a comemoração lembrou o início da trajetória da Amatra IV em 1965. No dia 7 de junho daquele ano, um grupo de juízes fundou a Associação na capital gaúcha que, desde então, passou a lutar pelos direitos dos magistrados do Trabalho no Rio Grande do Sul e a incentivar o surgimento de outras entidades semelhantes pelo país. Além do ministro Ronaldo Leal, também se destacaram na arregimentação da categoria os juízes Ari Gomes Ferreira e José Fernandes Rufino.

O presidente da Amatra IV, Tiago Mallmann Sulzbach, afirmou que são 60 anos de história de uma entidade que prima sempre pelo compromisso com a sociedade brasileira, com o direito do trabalho, com a justiça do trabalho e com a União. “Esse sentimento de pertencimento que temos entre os colegas, tudo isso engloba ser uma associação de 60 anos de idade. E, neste momento, que podemos ver aqui ex-presidentes de 1981,

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

temos muitas pessoas presentes que são juízes e não eram nascidas naquela época", enfatizou.

O Dr. Tiago reforçou que a comemoração de aniversário da Amatra IV foi um evento muito interessante em todos os aspectos, "inclusive esse resgate histórico da importância que cada um deu para a Associação, o seu tempo de vida, de família. Por todo esse tempo dedicado é importante ter, pelo menos, um reconhecimento da Amatra e foi isso que tentamos fazer nesta confraternização", ressaltou.

O vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, comemorou o evento dizendo que foi uma noite extremamente importante para a magistratura trabalhista do Rio Grande do Sul. "Estamos comemorando os 60 anos de existência da nossa associação. E ela serve para garantir as nossas prerrogativas como magistrados e magistradas. Também funciona na articulação entre os outros poderes e com a própria administração do Tribunal", colocou, frisando que "as prerrogativas estarão asseguradas na medida em que Justiça do Trabalho e Amatra IV andarem de mãos dadas". Conforme o desembargador, é um momento festivo e que possibilita assistir a história sendo feita. "60 anos é uma notícia, é um período emblemático. A nossa entidade sempre lutou muito e luta não só pelos magistrados, mas pela jurisdição trabalhista. A justiça do trabalho é quem dá o equilíbrio nas relações de trabalho", observou.



Também esteve presente ao evento o diretor e representante da Anamatra – Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Márcio Lima do Amaral, que presidiu a Amatra IV entre 2022 e 2024. Destacou que a Associação é uma entidade na sociedade gaúcha que luta pelos direitos sociais e pela magistratura trabalhista, colocando a justiça do trabalho no primeiro plano. "A justiça do trabalho faz toda a diferença na sociedade moderna, na sociedade contemporânea. Então nós, como ex-dirigentes ou atuais dirigentes da Amatra IV, temos muito orgulho de ter participado dessa história, de ter levado essa bandeira da defesa da justiça do trabalho, da defesa dos direitos sociais e da magistratura trabalhista. Eu, como último presidente, antes do Tiago, tenho muito orgulho de ter participado dessa história", concluiu.

A diretoria da Amatra IV preparou uma homenagem especial aos ex-presidentes com a entrega de placas de reconhecimento pelo empenho e dedicação ao longo dos anos, ajudando a escrever inúmeros capítulos da história de 60 anos da Associação. As placas foram entregues pelo atual presidente, Tiago Sulzbach, pela vice-presidente Eliane Covolo Melgarejo, pela diretora financeira Rachel Albuquerque de Medeiros Mello, pelo secretário-geral Jefferson Luiz Gaya de Goes e pelo diretor administrativo Eduardo Duarte Elyseu.

POR QUE AS AÇÕES AFIRMATIVAS SÃO UM DIREITO?

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



ALESSANDRA MACHADO DA SILVA
Graduanda em Direito pela UFRGS

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

Em 2025, o Brasil comemora 13 anos da assinatura da Lei nº 12.711/2012, conhecida como a "Lei de Cotas". Essa lei foi um passo importante na democratização do acesso ao ensino superior, pois determina que metade das vagas em instituições federais de educação — sejam elas universidades, centros tecnológicos ou escolas de educação profissional — sejam reservadas para estudantes que se encaixam em critérios relacionados à etnia e à renda familiar, priorizando pretos, pardos, indígenas e outras pessoas de baixa renda, oriundas de escola pública, e em 2016 houve a inclusão de pessoas com deficiência nessa lista.

Mas é importante entender que a consolidação das ações afirmativas como políticas públicas de inclusão não aconteceu do dia para a noite. Ela é fruto de décadas de luta de movimentos sociais, especialmente do movimento negro, que desde a década de 1940 já reivindicava igualdade de oportunidades na educação. Foi só a partir dos anos 1980, com o processo de redemocratização do país, que essas pautas começaram a ganhar mais espaço no Congresso para futuramente se consolidarem como direitos conquistados.

A história do Brasil, infelizmente, é marcada por séculos de opressão, exclusão e violência contra os povos indígenas e a população negra, desde o período colonial até os dias de hoje. Essa herança deixa marcas que ainda se refletem na nossa estrutura social e econômica. Segundo o IBGE, nos anos 2000, antes da implementação da Lei de Cotas, apenas 2,1% da população negra tinha acesso ao ensino superior, mesmo sendo a maioria da população. Quanto aos povos indígenas, na época, a falta de dados confiáveis já mostrava como eles eram invisibilizados e pouco considerados na sociedade brasileira.

O cenário começou a mudar com a implementação das ações afirmativas. Segundo o último Censo do IBGE (2022), aproximadamente 107.000 estudantes ingressaram nas universidades por meio de cotas, o que representa um crescimento de 167% em relação a 2012. Esses números mostram que, mesmo com muito caminho ainda a percorrer, a política vem cumprindo seu papel de corrigir desigualdades históricas e de abrir portas para quem, antes, era constantemente excluído do sistema educacional.

No entanto, o acesso ao ensino superior por si só não garante que os estudantes permaneçam na faculdade ou tenham sucesso na trajetória acadêmica. É importante contar também com outras ações de apoio, como bolsas de estudo, auxílios para moradia e alimentação, além de suporte pedagógico e psicológico. Assim, esses estudantes não apenas entram na universidade, mas também conseguem concluir seus cursos com êxito.

Melhorar a educação de grupos que historicamente enfrentam exclusão traz benefícios que vão além do indivíduo. Uma sociedade mais instruída gera impactos positivos na economia, nas pesquisas científicas, na inovação tecnológica e no fortalecimento da cidadania. E mais: esse processo valoriza a diversidade, ajuda a reduzir as desigualdades sociais e incentiva uma cultura de justiça e equidade para todos.

Diante desse cenário, podemos afirmar com confiança que as ações afirmativas não são um privilégio, mas um direito. Elas representam instrumentos importantes de reparação histórica e social, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades em um país que, infelizmente, ainda é bastante desigual. Esse direito às ações afirmativas está fundamentado nos princípios constitucionais que valorizam a dignidade da pessoa humana, a igualdade material e a justiça social.

Resumindo, as cotas e outras políticas de inclusão vão além de facilitar o acesso; elas são pontes para a emancipação social e econômica de grupos vulneráveis. Mesmo que não resolvam todas as injustiças do passado, esses esforços caminham na direção de construir um Brasil mais justo, plural e democrático.

“Melhorar a educação de grupos que historicamente enfrentam exclusão traz benefícios que vão além do indivíduo. Uma sociedade mais instruída gera impactos positivos na economia, nas pesquisas científicas, na inovação tecnológica e no fortalecimento da cidadania. E mais: esse processo valoriza a diversidade, ajuda a reduzir as desigualdades sociais e incentiva uma cultura de justiça e equidade para todos”


Sua **gestão sem publicidade** é um **espetáculo sem público.**
Mostre o quão **bom** você é naquilo que **faz.**
euro
Publicidade que impacta
Agência Euro
Praia de Belas Prime Offices - Porto Alegre/RS
Av. Borges de Medeiros, 2500 - Conjunto 1009
@euroagencia
51 3178.5800
agenciaeuro.com.br

CONHEÇA VENÂNCIO AIRES

Baixe o aplicativo Turismo Venâncio e explore todos os atrativos que a Capital Nacional do Chimarrão oferece.



MUNICÍPIO DE
VENÂNCIO AIRES
Capital Nacional do Chimarrão

Disponível na App Store
DISPONÍVEL NO Google Play

www.venancioaires.rs.gov.br



GRUPO EM EVIDÊNCIA

REVISTA em evidência

EM EVIDÊNCIA NA TV

ree

EM EVIDÊNCIA EDITORA